

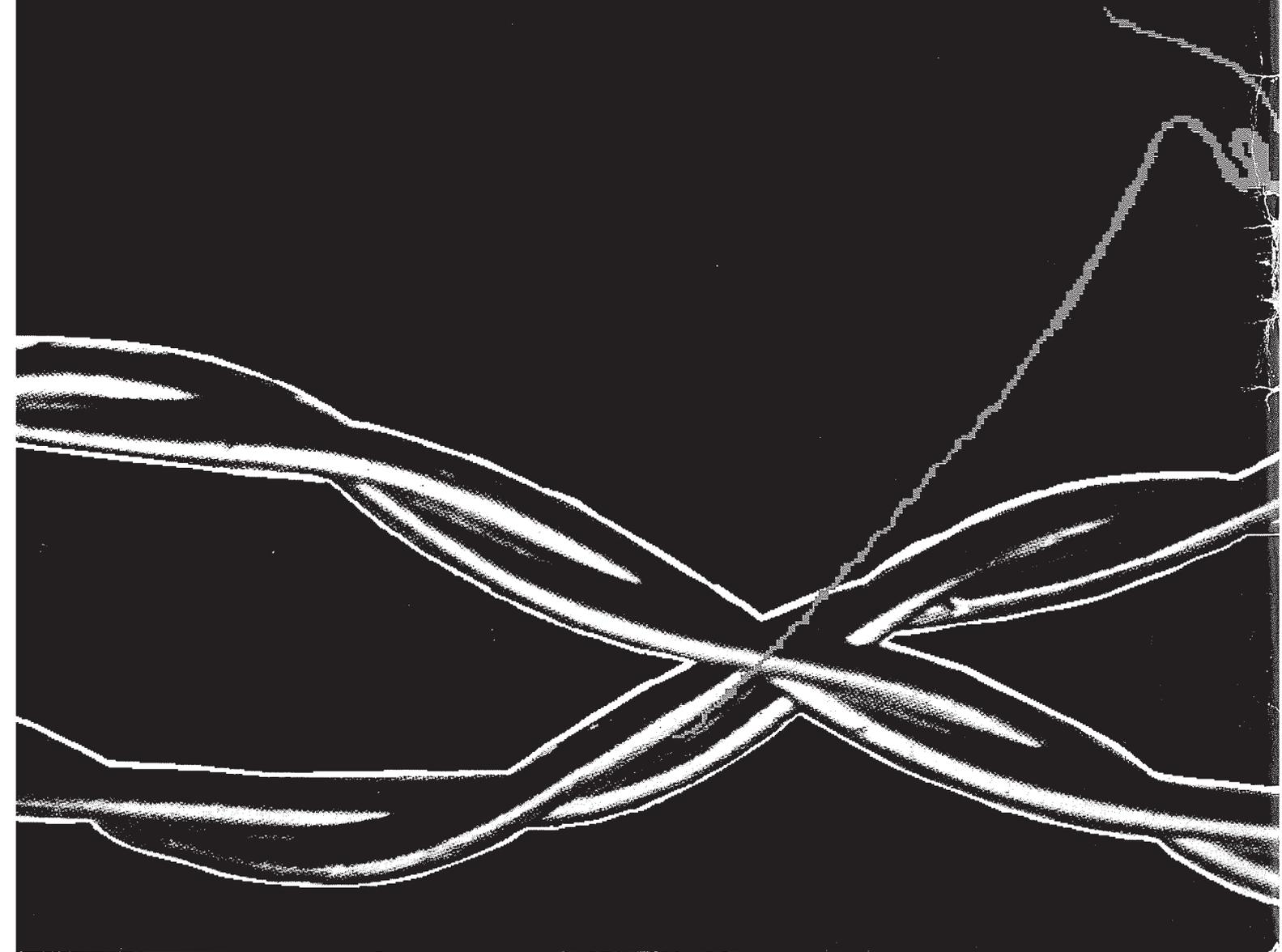
## **Salmo 126 (125)**

*Quando o Senhor nos libertou do cativoiro,  
Ficamos todos cheios de consolação;  
Rejubilaram nossos corações em festa  
Entre risos e canções*

*Reconduzi nossos cativos, ó Senhor,  
Como torrentes que o deserto vêm molhar.  
Todos aqueles que na dor vão semeando,  
Ao colher hão de cantar.*

*Quando se vai, vai-se em lágrimas de pranto,  
Vai-se chorando, transportando as sementes.  
Quando se vem, vem-se cantando alegremente,  
Carregando as espigas.*

*(Versão do Ofício Divino das Comunidades,  
Ed. Paulinas, 1988)*



# Expediente

## **Conflitos no Campo Brasil 1995**

É uma responsabilidade do  
Secretariado Nacional da CPT

Rua 19, nº 35 – Centro  
Caixa Postal 749  
74001-970 – Goiânia-GO – Brasil  
Telefone: (062) 224-4436  
Telefax: (062) 225-4967

**A Comissão Pastoral da Terra** é um organismo ligado à Linha 6  
Pastoral Social – da CNBB

A **CPT** é membro da **Pax Christi Internacional**  
e da **Right Livelihood Foundation**

Goiânia, maio de 1996

### **Coordenação:**

Maria Cristina Vannucchi Leme  
Ruben Siqueira

### **Equipe de Redação**

Daniel Piccoli  
Domingos Bergamin  
Írio Luiz Conti  
Malu Maranhão  
Ruben Siqueira  
Vilmar Schneider

### **Setor de Documentação:**

Divina Maria Carlos  
Inez Ethne Gontijo Neiva  
Lourdes Toscan  
Maria Cristina Vannucchi Leme  
Maria Joana de Araújo Poletto

### **Processamento dos dados:**

Franciney Carreiro de França

### **Revisão**

Malu Maranhão e  
Setor de Documentação

### **Capa:**

Marcos Amaral Lotufo

### **Composição e Impressão:**

Gráfica e Editora Pe. Berthier  
Fone: (054) 313-3255 – Passo Fundo-RS

**CPT - MATO GROSSO DO SUL**

Rua Nicolau Frageli, 71  
CEP 79008-570  
Bairro Amambaí  
Cx. P. 2217 - CEP 79008-970  
Campo Grande-MS  
TEL/FAX: (067) 724-7729  
ALTERNEX: cptms

**CPT - MINAS GERAIS**

Rua Eurita, 516  
Bairro Santa Tereza  
CEP 31010-210 - Belo Horizonte-MG  
TEL.: (031) 467-4311  
FAX: (031) 467-4478  
ALTERNEX: cptmg

**CPT - NORDESTE**

Rua Esperanto, 490 - Ilha do Leite  
CEP 50070-390  
Recife-PE  
TEL.: (081) 231-4445  
FAX: (081) 222-2943  
ALTERNEX: cptne

**CPT - PARÁ**

Rua Barão do Triunfo, 3151  
CEP 66093-050  
Vila Março  
Cx. P. 9503 - CEP 66053-970  
Belém-PA  
TEL.: (091) 226-5258  
FAX: (091) 226-6491  
ALTERNEX: cptpa

**CPT - PARANÁ**

Rua Paula Gomes, 703 - 1º andar  
São Francisco - CEP 80510-070  
Curitiba-PR  
TEL/FAX: (041) 224-7433  
ALTERNEX: cptpr

**CPT - PIAUÍ**

Rua Firmino Pires, 379 - Salas 302/322  
CEP 64001-070  
Cx. P. 458 - CEP 64001-970  
Teresina-PI  
TEL.: (086) 222-4555

**CPT - RIO DE JANEIRO**

Rua República do Líbano, 61 - Sala 909  
Centro - CEP 20061-030  
Cx. P. 1243 - CEP 2001-970  
Rio de Janeiro-RJ  
TEL.: (021) 232-0495  
FAX: (021) 221-4109  
ALTERNEX: cptrj

**CPT - RIO MARIA**

Cx. P. 7  
CEP 68530-000 - Rio Maria-PA  
TEL.: (091) 428-1473  
FAX: (091) 428-1318

**CPT - RIO GRANDE DO SUL**

Rua José Maria de Carvalho, 221  
CEP 91360-000  
Vila Ipiranga  
Porto Alegre-RS  
TEL./FAX: (051) 344-4415  
ALTERNEX: cptrs

**CPT - RONDÔNIA**

Rua Gonçalves Dias, 288 - Caiari  
CEP: 78900-650  
Cx. P. 1051 - CEP 78900-970  
Porto Velho-RO  
TEL: (069) 221-2001  
FAX: (069) 223-1135  
ALTERNEX: cptro

**CPT - SANTA CATARINA**

Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 1524  
Pantanal  
CEP 88040-001 - Florianópolis-SC  
TEL/FAX: (048) 234-4766  
ALTERNEX: cptsct

**CPT - SÃO PAULO**

Rua Ministro Godoy, 1484  
Perdizes  
CEP 05015-001 - São Paulo-SP  
TEL/FAX: (011) 864-1318

**CPT - RORAIMA**

Rua Floriano Peixoto, 149  
Casa João XXIII - Centro  
CEP 69301-320  
Cx. P. 333 - CEP 69301-970  
Boa Vista-PR  
TEL.: (095) 224-3741

# CPT no Brasil

---

## **SECRETARIADO NACIONAL**

Rua 19, nº 35 – 1º andar  
Centro  
Cx. P. 749  
CEP 74001-970  
Goiânia-GO  
TEL.: (062) 224-4436  
FAX: (062) 225-4967  
ALTERNEX: cptnac

## **CPT - ACRE**

Travessa Amapá s/nº – Bairro  
Cerâmica  
CEP: 69900-270  
Cx. P. 522  
CEP: 69908-970  
Rio Branco-AC  
TEL./FAX: (068) 223-2193  
ALTERNEX: cptac

## **CPT - AMAPÁ**

Cx. P. 12  
CEP 68906-970  
Macapá-AP  
TEL.: (096) 223-2539  
FAX: (096) 222-3997

## **CPT - AMAZONAS**

Rua Tapajós, 54 – Centro  
CEP 69025-140  
Cx. P. 369 – CEP 69011-970  
Manaus-AM  
TEL./FAX: (092) 233-0322

## **CPT - ARAGUAIA/TOCANTINS**

Rua 7 de Setembro, 800  
Cx. P. 105  
77600-000 – Paraíso-TO  
TEL/FAX: (063) 861-1110  
ALTERNEX: cptartoc

## **CPT - BAHIA**

Rua General Labatut, 78  
CEP 40070-100  
Barris  
Salvador-BA  
TEL.: (071) 321-4672  
FAX: (071) 321-4683

## **CPT - CEARÁ**

Rua Mons. Otávio de Castro, 150  
CEP 60050-150  
Fátima  
Cx. P. 171 – CEP 60001-970  
Fortaleza-CE  
TEL./FAX: (085) 226-1413

## **CPT - CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA**

Cx. P. 21  
CEP 68540-000  
Conceição do Araguaia-PA  
TEL.: (091) 421-1698  
FAX: (091) 421-1586

## **CPT - ESPÍRITO SANTO**

Rua Paraíba, 30 – Sernambi  
Cx. P. 165  
CEP 29930-000 – São Mateus-ES  
TEL./FAX: (027) 763-3505

## **CPT - GOIÁS**

Rua 19, nº 35 – 1º Andar  
CEP 74030-090  
Centro  
Cx. P. 749 – CEP 74001-970  
Goiânia-GO  
TEL.: (062) 223-5724  
FAX: (062) 225-4967

## **CPT - MARANHÃO**

Av. D. Pedro II, s/nº – Arcebispo  
Centro – CEP 65010-450  
Cx. P. 351 – CEP 65001-970  
São Luís-MA  
TEL.: (098) 222-4243  
FAX: (098) 232-8763  
alternex: cptma

## **CPT - MATO GROSSO**

Rua Amambaí, 160 – S. Passos  
CEP 78048-460  
Cx. P. 951  
Cuiabá-MT  
TEL.: (065) 621-3068  
FAX: (065) 621-2942

# Comissão Pastoral da Terra

---

**É** um serviço cristão à causa dos camponeses e trabalhadores rurais do Brasil. A realidade e os anseios dos mesmos definem a missão e as tarefas da CPT. Ela realiza seu serviço com base nos seguintes objetivos: **I. Viver na solidariedade e com criatividade o serviço pastoral ecumênico das Igrejas Cristãs aos pobres da terra, para que a possuam em paz e a façam produzir para bem de todos e todas; II. Promover e valorizar o direito à plena cidadania dos excluídos da terra e o respeito de seu direito à diferença; III. Celebrar em comunidade a fé no Deus da Terra e da Vida e animar a esperança dos pobres da terra.**

A CPT colabora diretamente com as iniciativas das Igrejas Cristãs – de modo especial a Igreja Católica e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Sendo reconhecida e apoiada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, atua em conjunto com muitas dioceses, paróquias e comunidades eclesiais de base. Assessora sindicatos, associações de produtores, movimentos sociais e outras iniciativas populares.

Enquanto comissão de serviço, anima outras entidades a assumir a caminhada do campo, prestando-lhes assessoria pastoral, teológica, metodológica, jurídica, política, sindical e sociológica. O ponto de partida de nossa ação é a experiência dos camponeses e trabalhadores rurais, sua cultura, sua fé e sua capacidade de assumir sua própria história.

A CPT procura unir o conhecimento popular e a análise científica da realidade. Mantém um Banco de Dados sobre os conflitos que ocorrem no campo. Recorre a especialistas para atualizar a sua análise. Informa permanentemente a sociedade brasileira e no exterior sobre a situação do campo. Fortalece a solidariedade nacional e internacional na busca de justiça e fraternidade.

A CPT atua em todo o Brasil por meio de seus 21 Regionais, equipes diocesanas e locais. Atua por meio de equipes liberadas e pessoas voluntárias.

A CPT acompanha esses homens e mulheres do campo de variadas formas: ajuda em sua organização; colabora em sua formação; denuncia, com eles, a violência e a injustiça; assessora juridicamente; celebra, na fé, suas iniciativas, vitórias e fracassos.

Na Amazônia, apóia iniciativas dos Povos da Floresta (seringueiros, ribeirinhos) e defende os direitos de posseiros e dos colonos vindos do sul, na busca da sobrevivência frente aos grandes projetos e ao descaso do governo. No Nordeste, acompanha as vítimas da seca e da violenta concentração da terra e da água. No Sul e Centro, acompanha os pequenos agricultores e os excluídos da terra. Onde a modernização produz o assalariado ou a escravidão, a CPT procura estar presente. Mesmo em condições angustiantes, sob a ameaça da violência e da morte, os membros da CPT, muitas vezes, arriscam a vida, confortando, denunciando, organizando, na busca de um processo de libertação.

Para mais informações, procure a CPT de seu Estado ou escreva para o Secretariado Nacional em Goiânia.

- 75 - Folha do Paraná - Curitiba - PR  
76 - Folha do Pernambuco - Recife - PE  
77 - Folha do Sul - SP  
78 - Gazeta de Alagoas - Maceió - AL  
79 - Gazeta de Limeira - Limeira - SP  
80 - Gazeta do Povo - Curitiba - PR  
81 - Gazeta Mercantil - São Paulo - SP  
82 - Hoje em Dia - Belo Horizonte - MG  
83 - Hora da verdade - Pinhão - PR  
84 - Inf. parlamentares estaduais e federais  
85 - Inf. Jurídico Com. Pró-Índio - São Paulo - SP  
86 - Informação - IECLB - Porto Alegre - RS  
87 - Informativo - Inesc - Brasília - DF  
88 - Informativo das Federações dos Trabalhadores Rurais  
89 - Informativos Rio Maria - Rio Maria - PA  
90 - Isto É - São Paulo - SP  
91 - Jornal Bahia Hoje - Salvador - BA  
92 - Jornal da Bahia - Salvador - BA  
93 - Jornal da Cidade - Bauru - SP  
94 - Jornal da Cidade - Campo Grande - MS  
95 - Jornal da Manhã - Campo Grande - MS  
96 - Jornal da Manhã - Teresina - PI  
97 - Jornal da Tarde - São Paulo - SP  
98 - Jornal de Alagoas - Maceió - AL  
99 - Jornal de Brasília - Brasília - DF  
100 - Jornal de Hoje - São Luís - MA  
101 - Jornal de Limeira - Limeira - SP  
102 - Jornal de Minas - Belo Horizonte - MG  
103 - Jornal de Opinião - Belo Horizonte - MG  
104 - Jornal de Santa Catarina - Blumenau - SC  
105 - Jornal do Brasil - Rio de Janeiro - RJ  
106 - Jornal do Comércio - Manaus - AM  
107 - Jornal do Comércio - Recife - PE  
108 - Jornal do Dia - Cuiabá - MT  
109 - Jornal do Dia - Macapá - AP  
110 - Jornal do Diap - Brasília - DF  
111 - Jornal do Estado - Curitiba - PR  
112 - Jornal do Norte - Montes Claros - MG  
113 - Jornal dos Direitos Humanos - São Paulo - SP  
114 - Jornal dos Mov. Populares - Campo Grande - MS  
115 - Jornal dos Trab. Sem-Terra - São Paulo - SP  
116 - Jornal Indústria e Comércio - Curitiba - PR  
117 - Lá e Cá Migrantes Notícias - São Paulo - SP  
118 - Mundo Jovem - Porto Alegre - RS  
119 - Mutirão da Vida - João Pessoa - PB  
120 - Notícias da Terra - CPT - Goiânia - GO  
121 - O Avaré - Avaré - SP  
122 - O Combate - João Pessoa - PB  
123 - O Debate - São Luís - MA  
124 - O Dia - Rio de Janeiro - RJ  
125 - O Dia - Teresina - PI  
126 - O Estado - Florianópolis - SC  
127 - O Estado - Teresina - PI  
128 - O Estado de Minas - Belo Horizonte - MG  
129 - O Estado de São Paulo - São Paulo - SP  
130 - O Estado do Mato Grosso - Cuiabá - MT  
131 - O Estado do Norte - Porto Velho - RO  
132 - O Estado do Paraná - Curitiba - PR  
133 - O Estado do Tocantins - Palmas - TO  
134 - Oeste Notícias - Presidente Prudente - SP  
135 - O Globo - Rio de Janeiro - RJ  
136 - O Guaporé - RO  
137 - O Imparcial - Presidente Prudente - SP  
138 - O Imparcial - São Luís - MA  
139 - O Lavrador - CPT - Teresina - PI  
140 - O Liberal - Belém - PA  
141 - O Migrante - Ji-Paraná - RO  
142 - O Momento - João Pessoa - PB  
143 - O Norte - João Pessoa - PB  
144 - O Norte - Montes Claros - MG  
145 - O Paraná - Cascavel - PR  
146 - O Pequeno - São Luís - MA  
147 - O Plantador - CPT - Goiânia - GO  
148 - O Popular - Goiânia - GO  
149 - O Pote-CPT - Paraíso - TO  
150 - O Povo - Fortaleza - CE  
151 - O Rio Branco - Rio Branco - AC  
152 - O Roceiro - Crateús - CE  
153 - O São Paulo - São Paulo - SP  
154 - O Trabalhador Rural (Contag) Brasília - DF  
155 - Página 20 - Rio Branco - AC  
156 - Pelejando - Belo Horizonte - MG  
157 - Ponto de Vista - Goiânia - GO  
158 - Porantim (Cimi) - Brasília - DF  
159 - Povo da Terra - Macapá - AP  
160 - Publicações da Pastoral do Migrante  
161 - Quinzena (CPV) - São Paulo - SP  
162 - Sem Fronteiras - Taboão da Serra - SP  
163 - Sinais dos Tempos - Imperatriz - MA  
164 - Sindicato dos Bancários - RJ e SP  
165 - Solidariedade - Sorocaba - SP  
166 - Tempos Novos-CPT - São Luís - MA  
167 - Tribuna da Bahia - Salvador - BA  
168 - Tribuna de Cricaré - São Mateus - ES  
169 - Tribuna do Sertão - BA  
170 - Vai e Vem - São Paulo - SP  
171 - Veja - São Paulo - SP  
172 - Zero Hora - Porto Alegre - RS

# Fontes de Pesquisa 1995

---

## Declarações e Informes dos 21 Regionais da CPT Depoimentos pessoais de camponeses e trabalhadores rurais

- 01 - A Crítica - Manaus - AM
- 02 - A Crítica - Campo Grande - MS
- 03 - A Gazeta - Rio Branco - AC
- 04 - A Gazeta - Vitória - ES
- 05 - A Gazeta do Paraná - Cascavel - PR
- 06 - A Gazeta do Povo - SP
- 07 - A Notícia - Joinville - SC
- 08 - A Província do Pará - Belém - PA
- 09 - A Tarde - Salvador - BA
- 10 - Atenção - São Paulo - SP
- 11 - A Tribuna - Porto Velho - RO
- 12 - A Tribuna - Vitória - ES
- 13 - A União - João Pessoa - PB
- 14 - Alto Madeira - Porto Velho - RO
- 15 - Alvorada - São Félix do Araguaia - MT
- 16 - Amapá Estado - Macapá - AP
- 17 - Anistia Internacional - Londres - Inglaterra
- 18 - Anunciando e Defendendo - Ji-Paraná - RO
- 19 - Aroeira-CPT - Cuiabá - MT
- 20 - Boletim Cáritas Brasileira - Belo Horizonte - MG
- 21 - Boletim CIMI Sul
- 22 - Boletim da CPT Nacional - Goiânia - GO
- 23 - Boletim da CPT-AL - Maceió - AL
- 24 - Boletim da CPT-ES - Vitória - ES
- 25 - Boletim Informativo do DNTR - CUT
- 26 - Bom Dia - Governador Valadares - MG
- 27 - Caminhada - Goiás - GO
- 28 - Caminhar Juntos - Juazeiro - BA
- 29 - CDDH - CNBB - Norte I - Manaus - AM
- 30 - Cheiro de Terra-CPT - Florianópolis - SC
- 31 - Cipó - Itacoatiara - AM
- 32 - CNBB - Boletim e Informes - Brasília - DF
- 33 - Conferências Eletrônicas Alternex - RJ
- 34 - Correio Braziliense - Brasília - DF
- 35 - Correio da Bahia - Salvador - BA
- 36 - Correio da Manhã - Manaus - AM
- 37 - Correio da Paraíba - João Pessoa - PB
- 38 - Correio de Notícias - Curitiba - PR
- 39 - Correio do Estado - Campo Grande - MS
- 40 - Correio do Povo - Porto Alegre - RS
- 41 - Correio Popular - Recife - PE
- 42 - Democracia (Ibase) - Rio de Janeiro - RJ
- 43 - Diário Catarinense - Florianópolis - SC
- 44 - Diário da Amazônia - Porto Velho - RO
- 45 - Diário da Manhã - Goiânia - GO
- 46 - Diário da Serra - Campo Grande - MS
- 47 - Diário da Região - Avaré - SP
- 48 - Diário da Tarde - Belo Horizonte - MG
- 49 - Diário da Tarde - Vitória - ES
- 50 - Diário da Terra - Avaré - SP
- 51 - Diário de Borborema - Campina Grande - PB
- 52 - Diário de Cuiabá - Cuiabá - MT
- 53 - Diário de Minas - Belo Horizonte - MG
- 54 - Diário de Natal - Natal - RN
- 55 - Diário de Pernambuco - Recife - PE
- 56 - Diário do Aço - MG
- 57 - Diário do Amapá - Macapá - AP
- 58 - Diário do Comércio - Belo Horizonte - MG
- 59 - Diário do Nordeste - Fortaleza - CE
- 60 - Diário do Pará - Belém - PA
- 61 - Diário do Povo - Teresina - PI
- 62 - Diário do Rio Doce - Governador Valadares - MG
- 63 - Diocese de Barra - BA
- 64 - Diocese de Itabuna - BA
- 65 - Extração - FTIEMG - Belo Horizonte - MG
- 66 - Folha da Manhã - MG
- 67 - Folha de Boa Vista - RR
- 68 - Folha de Carajás - PA
- 69 - Folha de Januária - Januária - MG
- 70 - Folha de Londrina - Londrina - PR
- 71 - Folha de São Paulo - São Paulo - SP
- 72 - Folha do Amapá - Macapá - AP
- 73 - Folha do Estado - Cuiabá - MT
- 74 - Folha do Norte - Manaus - AM

Os casos referentes à política agrícola são ainda poucos e se configuram em manifestações de trabalhadores por créditos, maiores prazos para o pagamento de dívidas ou anistia, bloqueio de estradas e agências bancárias, e sempre que há confronto e tensão com a polícia e latifundiários. Tendo sempre o cuidado de discernir as manifestações organizadas por STRs e trabalhadores, das patrocinadas pelas federações patronais.

Ações contra trabalhadores que não tenham claramente a conotação de conflitos fundiários e trabalhistas, além das demais questões mencionadas (sindical, seca, política agrícola), não são contabilizadas.

Em alguns casos, divulgamos vítimas não identificadas, desde que com óbito confirmado, mas sem identidade (nome completo ou apelido de reconhecimento público) revelada.

Apesar das dificuldades em sistematizar dados tão esparsos e tratados pela imprensa nacional sem o rigor que merecem, *os casos aqui relatados podem ser comprovados nas fontes.*

Aproveitamos para solicitar às pessoas, sindicatos e entidades que dispuserem de mais dados, que nos comuniquem, a fim de que possamos tornar este registro o mais próximo possível da realidade, ou corrigir informações imprecisas.

## CRITÉRIOS PARA CARACTERIZAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO

O elemento essencial e central é a **sujeição do trabalhador**. Esta sujeição tanto pode ser física como psicológica.

**Meios de atingir a sujeição:** a **dívida crescente e impagável** tem sido um dos meios mais utilizados para tornar o trabalhador cativo. Ela começa com a contratação pelo “gato”, que paga a dívida do trabalhador na pensão e deixa um adiantamento para a sua família. A dívida aumenta durante a travessia até o local de trabalho uma vez que o “gato” paga a condução e a alimentação durante os dias de viagem. Ao chegar, o peão é obrigado a comprar seus instrumentos de trabalho. No estabelecimento, quase sempre, vigora o “sistema de barracão”: obrigatoriamente o peão tem que comprar alimentos e objetos no armazém da empresa, onde vigoram preços exorbitantes. Não recebe em espécie, mas em vales a serem descontados no arma-

zém. A quebra da palavra com referência ao valor da remuneração e das condições de trabalho combinados no ato da contratação (quase sempre verbal) eleva consideravelmente a dívida inicial em termos de horas a trabalhar.

A situação acima descrita já caracteriza suficientemente o trabalho escravo. Porém, existem situações agudas, onde se verifica a presença de pistoleiros ou vigias armados que impedem a saída ou mesmo a fuga dos trabalhadores nos estabelecimentos. Há ainda maus-tratos, ameaças implícitas ou veladas, jornadas excessivas de trabalho, alimentação de péssima qualidade e insuficiente para repor as energias de um trabalhador adulto. É comum ocorrer a falta de assistência médica (chegando ao cúmulo de terem que trabalhar doente), o isolamento do local de trabalho e a apreensão de documentos pessoais.

# Nossos Critérios de Trabalho

---

Os dados que ora apresentamos são obtidos em jornais de circulação local, estadual e nacional, boletins e publicações de entidades, sindicatos e Igrejas, declarações, cartas assinadas, boletins de ocorrências, além das notícias que os Regionais da CPT enviam ao Secretariado Nacional, em Goiânia.

Nosso objeto de documentação e análise são os conflitos e questões que ocorreram durante o ano em destaque. Conflitos antigos e não resolvidos só figuram no relatório *se tiverem algum desdobramento durante o ano estudado*. Explica-se, assim, porque o número de conflitos, famílias envolvidas, hectares conflitivos é tão flutuante. Exemplo: o conflito de determinada fazenda acaba, teoricamente, com assentamento. Mas, se passados dois anos, os trabalhadores ocupam órgãos públicos, exigindo assistência do governo para a infra-estrutura do assentamento (estrada, escola, sementes, alimentação, ajuda de custo, etc), constatamos que, na verdade, esse conflito não está encerrado, e mediante essas ocorrências, o conflito volta a figurar nas tabelas. *Isso só é possível em relação a ocorrências documentadas com fontes*. Outra ressalva precisa ser feita: o número de hectares e de famílias envolvidas em conflitos possessórios e trabalhistas (assim como o número de pessoas assassinadas ou torturadas, presas ou ameaçadas de morte) não traduz as dimensões reais da tragédia. Trabalhando com números e estatísticas, temos sempre a impressão de que estes diminuem e pasteurizam o drama das famílias camponesas.

Às vezes os números fornecidos pelos jornais não coincidem com os apurados pelos Regionais da CPT. Nesses casos, levamos em conta, em primeiro lugar, os números que são fornecidos pelos nossos Regionais, porque acreditamos no acompanhamento direto das CPTs junto aos trabalhadores rurais. E, persistindo as dúvidas, sempre divulgamos o menor número, em detrimento do maior. Isso porque não aceitamos participar da gincana macabra de divulgar o maior número de vítimas possível.

Nesse relatório tratamos de dois grandes ramos de conflitos: os de terra (ou possessórios) e os trabalhistas.

1. Por conflitos de terra entendemos:

- a) possessórios (posse, uso e propriedade da terra);
- b) de renda ou foro;

- c) de parceria;
- d) de meações;
- e) construção de barragens (alagamento das terras camponesas, indenizações injustas, não reassentamento, etc);
- f) nas atividades extrativistas como em seringais e castanhais (seringueiros X fazendeiros/seringalistas; “empate” do desmatamento que põe em risco a atividade do seringueiro);
- g) de ribeirinhos;
- h) dívidas bancárias que ponham em risco a propriedade camponesa;

Nem sempre vamos encontrar conflitos “clássicos” de grandes proprietários contra posseiros. Também levamos em conta conflitos entre iguais, ou seja, de pequenos contra pequenos, às vezes até com mortes. A causa desses conflitos é também uma questão de terra, de ausência (ou urgência) de reforma agrária.

2. Conflitos trabalhistas são aqueles que dizem respeito à relação de trabalho patrão X empregado (por exemplo, que desrespeitam as normas estabelecidas pela CLT), ocorrência de trabalho escravo, não pagamento dos salários, regime de “barracão”, greves em usinas e plantações, etc.

Os acidentes trabalhistas são acompanhados, na medida de sua divulgação, por entendermos que, pela sua repetição, deixam de ser meros acidentes para se tornarem uma prática criminosa que tem caracterizado a exploração da mão-de-obra rural, mesmo nas regiões do País onde o capitalismo é mais avançado. São exemplos os acidentes com caminhões de bóias-frias, envenenamento por agrotóxicos, mutilações no trabalho com a juta, sisal e a cana, desmoronamento de garimpos, acidentes durante o desmatamento, etc.

Além desses dois tipos principais, consideramos as questões sindicais que se referem às fraudes nas eleições, intervenção policial ou do Ministério do Trabalho, intromissão de políticos e fazendeiros em Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs).

As questões de seca – melhor seria denominá-las de “cerca” – dizem respeito sobretudo aos saques, ao não pagamento nas frentes de emergência ou às reivindicações dos trabalhadores nelas inscritos ou, ainda, qualquer manifestação devido às consequências da seca.

148	TO	22/03/95	DOMINGOS FILHO DA SILVA	Posseiro	Divinópolis do Tocantins	Gerente Maurício F. Oliveira e pistoleiros
149	TO	22/03/95	EDINALDO LOPES NASCIMENTO	Posseiro	Divinópolis do Tocantins	Gerente Maurício F. Oliveira e pistoleiros
150	TO	22/03/95	NILSON VICENTE FERREIRA	Posseiro	Divinópolis do Tocantins	Gerente Maurício F. Oliveira e pistoleiros
151	TO	22/03/95	SALVIANO DIAS	Posseiro	Divinópolis do Tocantins	Gerente Maurício F. Oliveira e pistoleiros
152	TO	22/03/95	AREDIO RODRIGUES SOUZA	Posseiro	Divinópolis do Tocantins	Gerente Maurício F. Oliveira e pistoleiros
153	TO	22/03/95	MANOEL RAIMUNDO NASCIMENTO	Posseiro	Divinópolis do Tocantins	Gerente Maurício F. Oliveira e pistoleiros
155	TO	27/04/95	2 GILBERTO E COMPANHEIRO	Posseiros	Itacajá	Pistoleiros

121	RO	21/02/95	ONOFRE FERREIRA	Pequeno Proprietário	Jaru	Fazendeiro Assis Canuto e pistoleiros
122	RO	11/08/95	CLAUDEMIR RAMOS (PANTERA)	Liderança sem terra	Corumbiara	
123	RO	02/12/95	CÍCERO PEREIRA NETO	Liderança sem terra	Corumbiara	
124	RO	02/12/95	JOSÉ FERNANDES DA SILVA	Sem Terra	Corumbiara	
125	RO	18/12/95	SEBASTIÃO PEREIRA SOBRINHO	Sem Terra	Corumbiara	
126	RO	19/12/95	DANIEL PEREIRA	Deputado Estadual	Corumbiara	
127	RO	21/12/95	GERALDO CAMILO PEREIRA	Vereador	Corumbiara	
128	RO	11/09/95	SEBASTIANA PEREIRA DIAS	Posseira	Porto Velho	Fazendeiro Fausto Mendes Bitencourt
129	SC	18/11/95	ONEIDE PADILHA VARGAS	Sem Terra	Itaiópolis/Santa Terezinha	Pistoleiro Adão Gonçalves de Jesus e Empresa Heyse Irmãos Ltda.
130	SC	18/11/95	ESTANISLAVA GARLINE	Sem Terra	Itaiópolis/Santa Terezinha	Pistoleiro Adão Gonçalves de Jesus e Empresa Heyse Irmãos Ltda.
131	SP	06/10/95	MEIRE ORLANDINI	Advogada	Mirante do Paranapanema	
132	SP	09/09/95	PE. JOÃO PEREIRA	Padre	Mirante do Paranapanema	Fazendeiro João Carlos Menezes ("Careca")
133	SP	02/11/95	PE. ANTÔNIO NAVES	Padre	Mirante do Paranapanema	
134	TO	/02/95	RAIMUNDO ALVES PINTO	Posseiro	Porto Nacional	Fazendeiros Manoel Gomes Aires, Leonan e Lorivan Gomes Aires
135	TO	/06/95	RAIMUNDO VICENTE FERREIRA	Posseiro	Porto Nacional	Delegado de Polícia Edson Souza Parente
136	TO	28/11/95	JORDINO RIBEIRO ALVES	Posseiro	Porto Nacional	Oficial de Justiça Neuracy, Delegado Edson Parente, fazendeiros Leonan, Lorivan, Iran e Nilson Gomes Aires, pistoleiros e 5 PMS
137	TO	29/11/95	JOSÉ CARLOS MENEZES	Sindicalista	Porto Nacional	Fazendeiro Nilson Gomes Aires e pistoleiros
138	TO	30/11/95	CONCEIÇÃO FERREIRA PINTO	Sindicalista	Porto Nacional	Fazendeiro Nilson Gomes Aires
139	TO	30/11/95	SAVIO BARBALHO	Advogado/CPT	Porto Nacional	Fazendeiro Nilson Gomes Aires
140	TO	04/12/95	OSVALDO	Posseiro	Colmeia	Fazendeiro Jader e pistoleiro Jordecil
141	TO	04/12/95	ELIZABETH	Posseira	Colmeia	Fazendeiro Jader e pistoleiro Jordecil
142	TO	22/03/95	JOSÉ GOMES SOUSA	Posseiro	Divinópolis do Tocantins	Gerente Maurício F. Oliveira e pistoleiros
143	TO	22/03/95	FRANCISCO LEONILDO BONFIM	Posseiro	Divinópolis do Tocantins	Gerente Maurício F. Oliveira e pistoleiros
144	TO	22/03/95	LIONAS MIRANDA DA SILVA	Posseiro	Divinópolis do Tocantins	Gerente Maurício F. Oliveira e pistoleiros
145	TO	22/03/95	JOAQUIM FERREIRA OLIVEIRA	Posseiro	Divinópolis do Tocantins	Gerente Maurício F. Oliveira e pistoleiros
146	TO	22/03/95	JOSÉ FERREIRA DE SOUZA	Posseiro	Divinópolis do Tocantins	Gerente Maurício F. Oliveira e pistoleiros
147	TO	22/03/95	ILÁRIO FERREIRA DA SILVA	Posseiro	Divinópolis do Tocantins	Gerente Maurício F. Oliveira e pistoleiros

97	PA	04/07/95	EDILSON SOUZA CARVALHO	Posseiro	Santana do Araguaia/Santa Maria das Barreiras	Gato Francisco Andrade Chagas Neto (Chicô)
98	PA	04/07/95	JOÃO BATISTA DE SOUZA	Posseiro	Santana do Araguaia/Santa Maria das Barreiras	Gato Francisco Andrade Chagas Neto (Chicô)
99	PA	04/07/95	KENEDI	Posseiro	Santana do Araguaia/Santa Maria das Barreiras	Gato Francisco Andrade Chagas Neto (Chicô)
100	PA	23/04/95	JOSÉ REINALDO FERREIRA	Peão	Santana do Araguaia	Fazendeiro José João
101	PA	23/09/95	ANTÔNIO CARLOS CARDOSO	Posseiro	São Geraldo do Araguaia	
102	PA	24/08/95	RAIMUNDO NONATO SALAZAR	Posseiro	Dom Eliseu	Fazendeiro Pedro Maranhense e pistoleiros
103	PA	19/01/95	PE. ROY SHEA	Padre	Itupiranga	
104	PA	19/01/95	MARIA DA SILVA FEITOSA	Posseira	Itupiranga	
105	PA	10/09/95	RONALDO BARATA	Presidente Iterpa	Belém	
106	PA	10/09/95	CARLOS LAMARÃO	Advogado Iterpa	Belém	
107	PA	01/02/95	RAIMUNDO NONATO DO CARMO	Presidente STR	Tucuruí	
108	PB	29/06/95	MANOEL BENTO BATISTA	Posseiro	Mamanguape	Pistoleiro Severino Freire ("Maradona")
109	PB	28/03/95	SEVERINO EVANGELISTA SOUZA	Sem Terra	Alagoa Grande/Alagoinha/Mulungu	Fazendeiro Marcílio Onofre, delegado Antônio Alvares de Faria, PM Edvaldo Correia e pistoleiro Francisco Xavier Silva ("King")
110	PB	28/03/95	MALVINA AUGUSTO DE AGUIAR	Sem Terra	Alagoa Grande/Alagoinha/Mulungu	Fazendeiro Marcílio Onofre, delegado Antônio Alvares de Faria, PM Edvaldo Correia e pistoleiro Francisco Xavier Silva ("King")
111	PB	31/01/95	SEVERINO BENTO RAIMUNDO	Vice Prefeito	Cruz do Espírito Santo	Fazendeiro José Fernandes Ribeiro Coutinho e pistoleiro Cláudio Félix da Silva
112	PI	09/02/95	PE. LADISLAU DA SILVA	Padre	Esperantina	Fazendeiro Francisco Linhares
113	PI	09/02/95	BERNARDO SIQUEIRA	Sindicalista	Esperantina	Fazendeiro Francisco Linhares
114	PI	09/02/95	JOSÉ DE ARIMATEIA DANTAS	Deputado Estadual	Esperantina	Fazendeiro Francisco Linhares
115	PI	/10/95	MARIANO VICENTE LEAL	CPT	Nazaré do Piauí	Fazendeiro José Messias Leal e 4 pistoleiros
116	PI	/10/95	LEONARDO PEREIRA DA SILVA	Sem Terra	Nazaré do Piauí	Fazendeiro José Messias Leal e 4 pistoleiros
117	PR	18/04/95	ADELITO SOARES ROCHA	Presidente STR	Lobato	
118	PR	10/11/95	CELSON ANGUINONI	Sem Terra	Santa Isabel do Ivaí	
119	PR	10/11/95	DELFINO JOSÉ BECKER	Sem Terra	Santa Isabel do Ivaí	
120	RO	19/07/95	OLÍMPIO GOMES	Dirigente Sindical	Pimenta Bueno	Gerente da Agropecuária São Pedro, José Siqueira

47	MT	10/08/95	PEDRO LOPES DA SILVA			Alta Floresta	Bioquímico Manoel João
48	MT	08/08/95	EDSON PEREIRA CORREIA	Peão		Vila Rica	Fazendeiro Nelson Lima
49	MT	14/07/95	EDMILSON BATISTA DA SILVA	Peão		Vila Rica	Gato Antônio Gomes de Freitas (Tonho)
50	MT	22/07/95	VALDEMAR SOARES	Presidente Sindicato		Vila Rica	
51	MT	22/07/95	PE. DIONÍSIO	Padre		Vila Rica	
52	MT	08/10/95	JOSÉ APARECIDO RODRIGUES	Vereador		Planalto da Serra	Fazendeiros Adelino Bennet e Sérgio Bennet
53	MT	08/10/95	PE. MIGUEL	Padre		Planalto da Serra	Fazendeiros Adelino Bennet e Sérgio Bennet
54	PA	11/04/95	SANDRA BATISTA	Outros		Belém	Pistoleiro Péricles Ribeiro
55	PA	07/12/95	JOSÉ VIEIRA PINTO FILHO	Posseiro		Moju	Fazendeiro Fausto de Souza Lima
56	PA	08/12/95	MANOEL DAS GRAÇAS PINTO	Liderança/Posseiro		Moju	
57	PA	08/12/95	SEBASTIÃO PINTO	Posseiro		Moju	
58	PA	31/08/95	FRANCISCO PORFÍRIO VÍTOR	Camponês		Rio Maria	
59	PA	03/01/95	CÍCERO COELHO DOS SANTOS	Trabalhador Rural		Xinguara	
60	PA	30/12/95	FREI HENRI DES ROZIERES	Advogado/CPT		Xinguara	
61	PA	30/12/95	CARLOS CABRAL PEREIRA	Dirigente Sindical		Xinguara	
62	PA	30/12/95	ORLANDO CANUTO	Dirigente Sindical		Xinguara	
63	PA	18/05/95	JOSÉ DUTRA DA COSTA	Presidente STR		Rondon do Pará	
64	PA	18/05/95	RAIMUNDO NONATO	Dirigente Sindical		Rondon do Pará	
65	PA	18/05/95	JOSÉ SOARES DE BRITO	Dirigente Sindical		Rondon do Pará	
66	PA	18/05/95	ELIAS DIAS DO NASCIMENTO	Posseiro		Rondon do Pará	
84	PA	18/05/95	18 POSSEIROS FAZENDA SÃO JORGE	Posseiros		Rondon do Pará	
85	PA	11/02/95	FRANCISVALDO CARDOSO +	Posseiro		Taiândia	Policial civil Assis Alves Pereira, fazendeiro Valdeinei Palhares, soldados PM Genivaldo da Silva e João Carlos dos Santos
86	PA	06/03/95	PEDRO MERCIDES	Presidente STR		Taiândia	Delegado de Polícia Raimundo Fialho
87	PA	06/03/95	DONA ELISA	Posseira		Taiândia	Delegado de Polícia Raimundo Fialho
88	PA	07/01/95	PE. RICARDO REZENDE	Padre		Rio Maria	
89	PA	15/09/95	MANOEL CLAUDIO DA SILVA	Posseiro		Xinguara	
90	PA	15/09/95	ALFRANDES OLIVEIRA SOUZA	Posseiro		Xinguara	
93	PA	15/09/95	3 POSSEIROS DA ESCALADA NORTE	Posseiros		Xinguara	
94	PA	23/01/95	BENEDITO MORAES CARDOSO	Posseiro		Santo Antônio do Tauá	Comerciante Ademar Prado da Silva Barros
95	PA	23/01/95	JOÃO MORAES CARDOSO	Posseiro		Santo Antônio do Tauá	Comerciante Ademar Prado da Silva Barros
96	PA	23/01/95	WILSON VAZ DA ROCHA	Posseiro		Santo Antônio do Tauá	Comerciante Ademar Prado da Silva Barros

23	MA	17/08/95	FRANCISCO SALES	Posseiro	Lago do Junco	Família Moita, policiais militares e pistoleiros
24	MA	04/09/95	MILTON VIEIRA DOS SANTOS	Sindicalista	Lago do Junco	Família Moita, policiais militares e pistoleiros
25	MA	04/09/95	RAIMUNDO VITAL DOS SANTOS	Posseiro	Lago do Junco	Família Moita, policiais militares e pistoleiros
26	MA	04/09/95	ILDO LOPES DE SOUZA	Posseiro	Lago do Junco	Família Moita, policiais militares e pistoleiros
27	MA	04/09/95	LUDOVICO ANTÔNIO M. SOUZA	Posseiro	Lago do Junco	Família Moita, policiais militares e pistoleiros
28	MA	04/09/95	RAIMUNDO ALEXANDRE SOUZA	Posseiro	Lago do Junco	Família Moita, policiais militares e pistoleiros
29	MA	31/10/95	PEDRO LISBOA DE SOUZA	Sindicalista	Itapecuru	Fazendeiros da região
30	MA	31/10/95	FRANCISCA ANTÔNIA SALES	Sindicalista	Itapecuru	Fazendeiros da região
31	MA	31/10/95	AGENOR MACHADO ARAÚJO	Sindicalista	Itapecuru	Fazendeiros da região
32	MG	06/09/95	MANOEL PEREIRA DE SOUZA	Vereador	Buritit	
33	MG	23/05/95	AUGUSTO FERREIRA FRAGA	Dirigente Sindical	São João da Ponte	Fazendeiro Elcio Moreira Oliveira
34	MG	07/11/95	JOAQUIM VALERIANO SANTOS	Dirigente Sindical	Januária	Advogado Vander Martins de Carvalho e 4 policiais militares
36	MG	11/12/95	2 IRMÃOS DE EDIMAR FRICH	Pequenos Proprietários	Teófilo Otoni	
37	MG	09/08/95	ALEMÍAS MAGALHÃES PEREIRA	Trabalhador Rural	Governador Valadares	Fazendeiro Marco Antônio de Oliveira
38	MT	23/08/95	JOSELITO ALVES LUZ	Canaveiro	Lambari D'Oeste/Caramujo	Seguranças da Usina de Alcool Copeba/Coperb
39	MT	18/03/95	TEODOMIRO DOS SANTOS	Posseiro	Terra Nova	Fazendeiros Gilmar Garbulho do Prado, Anésio Gonçalves do Prado, Luiz Ruani, Valdir Gregório Becker e Luiz Carlos dos Santos
40	MT	18/03/95	ANTÔNIO SARAIVA SANTOS	Posseiro	Terra Nova	Fazendeiros Gilmar Garbulho do Prado, Anésio Gonçalves do Prado, Luiz Ruani, Valdir Gregório Becker e Luiz Carlos dos Santos
41	MT	18/03/95	ANTÔNIO LUIZ DA CONCEIÇÃO	Posseiro	Terra Nova	Fazendeiros Gilmar Garbulho do Prado, Anésio Gonçalves do Prado, Luiz Ruani, Valdir Gregório Becker e Luiz Carlos dos Santos
42	MT	18/03/95	OSMERINDO CONCEIÇÃO COSTA	Posseiro	Terra Nova	Fazendeiros Gilmar Garbulho do Prado, Anésio Gonçalves do Prado, Luiz Ruani, Valdir Gregório Becker e Luiz Carlos dos Santos
43	MT	11/01/95	JOSÉ BRUNO LEMES	Advogado	Cáceres	
44	MT	11/01/95	PE. ISIDORO SALOMÃO	Padre	Cáceres	
45	MT	14/09/95	ABADIO ARAUJO	Sem Terra	Novo São Joaquim/Nova Xavantina	
46	MT	14/09/95	HELENA ALVES SOBRINHO	Outros	Novo São Joaquim/Nova Xavantina	

## *Ameaçados de morte - Brasil 1995*

No.	UF	Data	Nome da Víctima/Idade	Profissão/Categoria	Município	Indícios de Autoria
01	AC	08/12/95	JOSÉ MACIEL DA SILVA	Seringueiro	Cruzeiro do Sul	Manoel Batista Lopes, Bertold Denis Carvalho e Policiais Militares
02	AC	28/06/95	PE. PAOLINO BALDASSARI	Padre	Sena Madureira	Madeireiros Pedro e Gilberto Diniz
03	AM	27/10/95	PE. JACIMAR ANTÔNIO DA SILVA	Padre	Boca do Acre/Pauini	
04	AM	/09/95	UMA CRIANÇA		Silves	Fazendeiro Jair Marcondes Pereira
06	BA	24/10/95	2 JOSÉ CARLOS E COMPANHEIRO	Sem Terra	Una	Pistoleiros
07	BA	/03/95	GERALDINHO	Assentado	Boa Vista do Tupim	Pistoleiro "Tonhão" e fazendeiro João Simões
08	BA	16/07/95	VALMIR DOS SANTOS	Liderança/Posseiro	Boa Vista do Tupim	Pistoleiro Paulo Oliveira Silva, fazendeiro Mirote e mais dois pistoleiros
09	BA	16/07/95	MILTON SANTOS OLIVEIRA	Sindicalista	Boa Vista do Tupim	Pistoleiro Paulo Oliveira Silva, fazendeiro Mirote e mais dois pistoleiros
10	BA	16/07/95	GILBERTO NUNES	Assentado	Boa Vista do Tupim	Pistoleiro Paulo Oliveira Silva, fazendeiro Mirote e mais dois pistoleiros
11	BA	16/07/95	CELSO ROCHA SANTOS	Assentado	Boa Vista do Tupim	Pistoleiro Paulo Oliveira Silva, fazendeiro Mirote e mais dois pistoleiros
12	BA	14/03/95	FREI BENEDITO BALLIO PRADO	Religioso	Andaraí/Lajedinho	Fazendeiro Nildenor da Silva
13	BA	14/03/95	IRMÃ TEREZINHA FOPPA	Religiosa	Andaraí/Lajedinho	Fazendeiro Nildenor da Silva
14	MA	21/07/95	VALETIM DA SILVA SERRA	Trabalhador Rural	Viana	Família Souza e pistoleiros
15	MA	01/06/95	PE. FLÁVIO LAZZARIN	Padre/CPT	Coroatá	
16	MA	21/07/95	OSVALDO CLARINDO	Sem Terra	Coroatá	
17	MA	28/09/95	JOSÉ RIBAMAR DO NASCIMENTO	Posseiro	Araíoses	Fazendeiros Maria Tereza e Chico da Ziroca e pistoleiros
18	MA	/10/95	JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA	Assentado	Carutapera	Fazendeiro Manoel Castro Bordalo, policial civil Arnaldo Celso Saraiva ("Cabeludo")
19	MA	/10/95	ADRIANO	Assentado	Carutapera	Fazendeiro Manoel Castro Bordalo, policial civil Arnaldo Celso Saraiva ("Cabeludo")
20	MA	/10/95	ADÃO FERREIRA SAMPAIO	Assentado	Carutapera	Fazendeiro Manoel Castro Bordalo, policial civil Arnaldo Celso Saraiva ("Cabeludo")
21	MA	/10/95	JOSÉ RIBAMAR R. CORREIA	Assentado	Carutapera	Fazendeiro Manoel Castro Bordalo, policial civil Arnaldo Celso Saraiva ("Cabeludo")
22	MA	10/01/95	RAIMUNDA SILVA LIMA	Posseira	Santa Luzia	Fazendeiro José Maria e pistoleiro Carlos Galego

24	PI	05/06/95	MANOEL MESSIAS	Repórter	Campo Maior	Fazendeira Francymeire Chaves e funcionários da fazenda
25	PR	10/05/95	NOEMI TOLEDO	Posseiro	Pinhão	6 guardas da Madeira Zattar, pistoleiros Nilcei, Edson e Charles; Policiais Militares e Cíveis.
26	PR	10/11/95	OLÍVIO DIAS ALMEIDA	Sem Terra	Santa Isabel do Ivaí	100 homens da Polícia Militar do Paraná
27	PR	10/11/95	PAULO PEDRO DA SILVA	Sem Terra	Santa Isabel do Ivaí	100 homens da Polícia Militar do Paraná
28	PR	10/11/95	PEDRO LOPES DOS SANTOS	Sem Terra	Santa Isabel do Ivaí	100 homens da Polícia Militar do Paraná
29	RO	17/04/95	AGOSTINHO MOREIRA BASTOS	Líder Comunitário	Campo Novo	Pistoleiros
30	RO	09/08/95	MOACIR CAMARGO	Sem Terra	Corumbiara	300 policiais do COE; Cel Wellington Luiz Barros, fazendeiro Antenor Duarte e pistoleiros
31	RO	09/08/95	MESSIAS RAMOS DA CRUZ	Sem Terra	Corumbiara	300 policiais do COE; Cel Wellington Luiz Barros, fazendeiro Antenor Duarte e pistoleiros
32	RO	09/08/95	JOSÉ DE SOUZA TEIXEIRA	Sem Terra	Corumbiara	300 policiais do COE; Cel Wellington Luiz Barros, fazendeiro Antenor Duarte e pistoleiros
33	RO	09/08/95	JAIIME ALVES	Sem Terra	Corumbiara	300 policiais do COE; Cel Wellington Luiz Barros, fazendeiro Antenor Duarte e pistoleiros
34	RO	09/08/95	CLAUDEMIR RAMOS (PANTERA)	Sem Terra	Corumbiara	300 policiais do COE; Cel Wellington Luiz Barros, fazendeiro Antenor Duarte e pistoleiros
35	RO	01/03/95	JOSUÉ GOMES DE VASCONCELOS	Posseiro	Porto Velho	Alípio Silva Guarati, Antônio Carlos Rosa e pistoleiro Negão
36	RO	01/03/95	MANOEL LEAL	Trabalhador Rural	Porto Velho	Alípio Silva Guarati, Antônio Carlos Rosa e pistoleiro Negão
37	RO	01/03/95	LUCILÉIA DE VASCONCELOS	Filha de Possesiros	Porto Velho	Alípio Silva Guarati, Antônio Carlos Rosa e pistoleiro Negão
38	RO	27/09/95	ADECIMAR CABRAL DE SOUZA	Sem Terra	Ouro Preto D'Oeste	Vilson e 8 pistoleiros da Fazenda Triângulo
39	SP	06/10/95	MEIRE ORLANDINI	Advogada	Mirante do Paranapanema	
40	TO	26/04/95	JOSÉ PEREIRA MATOS - DUDA	Posseiro	Colmeia	Pistoleiro Natal Ferreira de Souza
43	TO	27/02/95	PEDRO CURICA E 2 FILHOS	Posseiros	Divinópolis do Tocantins	Pistoleiros

## *Tentativas de Assassinatos - Brasil 1995*

No	UF	Data	Nome da Vítima/Idade	Profissão/Categoria	Município	Indícios de Autoria
01	AC	08/12/95	DEUSDETE	Seringueiro	Cruzeiro do Sul	Manoel Batista Lopes; Bertoldo Denis Carvalho e Polícia Militar
02	AL	14/11/95	JOSÉ LUÍS FERREIRA	Trabalhador Assalariado	Maceió	Delegado Francisco Prazino
03	BA	27/09/95	WALDECK G. CONCEIÇÃO	Posseiro	Santa Luzia	Fazendeiro Aurélio Pacheco e 7 pistoleiros
04	MT	23/03/95	ADILSON TEIXEIRA DE ARAUJO	Posseiro	Jauru	
05	MT	23/03/95	JAIR ALVES DE ANDRADE	Posseiro	Jauru	
06	MT	13/09/95	RAIMUNDO CARDOSO	Sem Terra	Novo São Joaquim / Nova Xavantina	40 homens da Polícia Rodoviária Federal
07	MT	13/09/95	LÚCIO PEREIRA DOS SANTOS	Sem Terra	Novo São Joaquim / Nova Xavantina	40 homens da Polícia Rodoviária Federal
08	MT	13/09/95	ABADIO ALVES DE ARAUJO	Sem Terra	Novo São Joaquim / Nova Xavantina	40 homens da Polícia Rodoviária Federal
09	PA	10/05/95	ELIAS DIAS DO NASCIMENTO	Posseiro	Rondon do Pará	
10	PA	11/01/95	ELISEU NOGUEIRA	Posseiro	Conceição do Araguaia / Santa Maria das Barreiras	15 a 20 pistoleiros
11	PA	11/01/95	FAUSTO ALVES DOS SANTOS	Posseiro	Conceição do Araguaia / Santa Maria das Barreiras.	15 a 20 pistoleiros
12	PA	11/01/95	JOÃO BATISTA ALVES PULGA	Posseiro	Conceição do Araguaia / Santa Maria das Barreiras	15 a 20 pistoleiros
13	PA	11/01/95	BONFIM VIEIRA ROCHA	Posseiro	Conceição do Araguaia / Santa Maria das Barreiras	15 a 20 pistoleiros
15	PA	06/08/95	2 POSSEIROS DA AGROPASTORIL	Posseiros	São João do Araguaia	Policiais Militares, empregados da fazenda e policial civil Araújo.
17	PB	23/03/95	2 POSSEIROS DA FAZENDA PINDOBA	Posseiros	Mamanguape	Fazendeiro Abel Carneiro da Cunha e pistoleiro Severino Freire "Maradona"
18	PB	07/08/95	MARIA DAS DORES JUSTINO	Posseira	Mamanguape	Pistoleiro Severino Freire "Maradona"
19	PB	07/08/95	SEVERINO RAMOS DOS SANTOS	Posseiro	Mamanguape	Pistoleiro Severino Freire "Maradona"
20	PB	08/02/95	JOSÉ GONDIM DE MACEDO	Posseiro	Cruz do Espírito Santo	Pistoleiro Cláudio Félix da Silva
21	PI	05/06/95	FRANCISCO FERREIRA	Liderança Sem Terra	Campo Maior	Fazendeira Francymaire Chaves e funcionários da fazenda
22	PI	05/06/95	MARIA DOS ANJOS	Liderança MST	Campo Maior	Fazendeira Francymaire Chaves e funcionários da fazenda
23	PI	05/06/95	ORLANDO PORTELLA	Repórter	Campo Maior	Fazendeira Francymaire Chaves e funcionários da fazenda

21.	PA	06/08/95	JOÃO MENEZES	Posseiro	São João do Araguaia	Empregados da Fazenda, Policiais Militares e Policial Civil Araujo
22.	PA	06/08/95	WALDEMIR BRITO	Posseiro	São João do Araguaia	Empregados da Fazenda, Policiais Militares e Policial Civil Araujo
23.	PA	06/08/95	BIGODE	Posseiro	São João do Araguaia	Empregados da Fazenda, Policiais Militares e Policial Civil Araujo
24.	PA	09/08/95	SEBASTIÃO	Posseiro	São João do Araguaia	Empregados da Fazenda, Policiais Militares e Policial Civil Araujo
25.	PA	28/10/95	RAIMUNDO CONCEIÇÃO NASCIMENTO	Posseiro	São João do Araguaia	Fazendeiro Paulo Mariano Calais; Gerente Zelito Pereira; Pistoleiro Manoel Bandeira da Silva
26.	PA	04/11/95	GUILHERME FRANCISCO DE SALES, 43	Sem Terra	Conceição do Araguaia	
27.	PA	11/11/95	MARIA DA CRUZ, 38	Posseira	Parauapebas	Pistoleiros Issair (ou Jessair) e Edmilson
28.	PA	21/12/95	ALEXANDRE ROBERTO CASTRO CORTEZ, 43	Liderança Sem Terra	Tucumã	Pistoleiros
29.	PB	07/08/95	JOÃO PAULO GOMES, 60	Posseiro	Mamanguape	Pistoleiro Severino Freire "Maradona"
30.	RO	09/08/95	VANESSA DOS SANTOS SILVA, 7	Criança Sem Terra	Corumbiara	300 Policiais do COE, comandados pelo Cel. Wellington Luiz Barros, fazendeiro Antenor Duarte e pistoleiros
31.	RO	09/08/95	NELSI FERREIRA, 25	Sem Terra	Corumbiara	300 Policiais do COE, comandados pelo Cel. Wellington Luiz Barros, fazendeiro Antenor Duarte e pistoleiros
32.	RO	09/08/95	ÊNIO ROCHA BORGES	Sem Terra	Corumbiara	300 Policiais do COE, comandados pelo Cel. Wellington Luiz Barros, fazendeiro Antenor Duarte e pistoleiros
33.	RO	09/08/95	JOSÉ MARCONDES DA SILVA	Sem Terra	Corumbiara	300 Policiais do COE, comandados pelo Cel. Wellington Luiz Barros, fazendeiro Antenor Duarte e pistoleiros
34.	RO	09/08/95	ERCILIO OLIVEIRA CAMPOS, 41	Sem Terra	Corumbiara	300 Policiais do COE, comandados pelo Cel. Wellington Luiz Barros, fazendeiro Antenor Duarte e pistoleiros
35.	RO	09/08/95	ODILON FELICIANO	Sem Terra	Corumbiara	300 Policiais do COE, comandados pelo Cel. Wellington Luiz Barros, fazendeiro Antenor Duarte e pistoleiros
36.	RO	09/08/95	ARI PINHEIRO SANTOS	Sem Terra	Corumbiara	300 Policiais do COE, comandados pelo Cel. Wellington Luiz Barros, fazendeiro Antenor Duarte e pistoleiros
37.	RO	09/08/95	ALCINO CORREIA DA SILVA	Sem Terra	Corumbiara	300 Policiais do COE, comandados pelo Cel. Wellington Luiz Barros, fazendeiro Antenor Duarte e pistoleiros
38.	RO	28/08/95	SERGIO RODRIGUES GOMES, 24	Sem Terra	Corumbiara	300 Policiais do COE, comandados pelo Cel. Wellington Luiz Barros, fazendeiro Antenor Duarte e pistoleiros
39.	RO	16/12/95	MANOEL RIBEIRO (NELINHO)	Vereador	Corumbiara	Pistoleiros
40.	TO	26/04/95	RAIMUNDO CÂNDIDO MENDES	Posseiro	Colmeia	Natal Ferreira de Souza e Pistoleiros
41.	TO	10/11/95	PAULO GONÇALVES OLIVEIRA	Posseiro	Natividade	Capataz João Jesus de Carvalho "João Cuscuz"

## *Assassinatos no Campo - Brasil 1995*

No.	UF	Data	Nome da Vítima/Idade	Profissão/Categoria	Município	Indícios de Autoria/Categoria
1.	BA	04/03/95	OSÉIAS GOMES DE OLIVEIRA	Posseiro	Riacho de Santana	Pistoleiros José Lima Gouveia (Zé Bigode); Clóvis Alberto Barros
2.	BA	04/03/95	JOSÉ CÂNDIDO DE OLIVEIRA	Posseiro	Riacho de Santana	Pistoleiros José Lima Gouveia (Zé Bigode); Clóvis Alberto Barros
3.	BA	23/05/95	BENEDITO RODRIGUES ANDRADE	Sem Terra	Adustina	
4.	BA	15/07/95	FRANCIALDO SOUZA. NASCIMENTO	Camponês	Buritirama	Artur Marques da Silva; Dorgival Marques da Silva; Ildenor Marques da Silva; Sinval Ribeiro da Silva
5.	GO	22/03/95	MAURÍCIO BATISTA DA SILVA	Trabalhador Rural Assalariado	Silvânia	Fazendeiro Geraldo Marques Silvano
6.	MA	10/01/95	RAIMUNDO NONATO DE JESUS	Posseiro	Santa Luzia	Pistoleiro Carlos Galego e Fazendeiro José Maria
7.	MA	22/11/95	MATEUS MARQUES BASTOS, 44	Pequeno Proprietário	Lago Verde	
8.	MA	04/12/95	FELÍCIO MEDEIROS FILHO, 19	Assentado	Canutapera	
9.	MG	25/08/95	GERALDO CARLOS RIBEIRO	Sem Terra	Tumiritinga	Fazendeiro Florêncio Vicente; Capataz Pedro Lourenço
10.	MG	09/12/95	EDIMAR FRICH	Pequeno Proprietário	Teófilo Otoni	Fazendeiro José Lúcio Machado Costa
11.	MT	23/03/95	AMILTON AUGUSTO DOS SANTOS	Posseiro	Jauru	
12.	MT	23/03/95	ELOMAR DA SILVA	Posseiro	Jauru	
13.	MT	10/08/95	ONOFRE GOIS, 25	Trabalhador Rural	Guarantã do Norte	
14.	MT	14/08/95	JOSÉ VALTER FERREIRA	Sem Terra	Santo Antônio do Leverger	Pistoleiros
15.	PA	11/02/95	ANTÔNIO ALVES FREITAS ("BEJA")	Posseiro	Tailândia	Policial Civil Assis Alves Pereira; PMs Genivaldo e João Carlos; Fazendeiro Valdinei Palhares
16.	PA	11/02/95	EDILSON	Posseiro	Tailândia	Policial Civil Assis Alves Pereira; PMs Genivaldo e João Carlos; Fazendeiro Valdinei Palhares
17.	PA	18/02/95	FRANCISVALDO CARDOSO OLIVEIRA, 27	Posseiro	Tailândia	Policial Civil Assis Alves Pereira; PMs Genivaldo e João Carlos; Fazendeiro Valdinei Palhares
18.	PA	13/06/95	MINEIRINHO	Peão de Fazenda	São Francisco do Pará	Fazendeiro Fábio Rangel
19.	PA	29/06/95	FRANCISCO NUNES DA SILVA	Posseiro	São Félix do Xingu	
20.	PA	14/07/95	ABDIAS	Posseiro	São Félix do Xingu	

131.	SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	FAZENDA ARCO-ÍRIS	02/04/95	1800
132.	SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	FAZENDA SANTA CRUZ	22/08/95	-
133.	SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	MARCO II	02/10/95	1000
134.	SP	SANDOVALINA	FAZENDA SÃO DOMINGOS	07/10/95	2500
135.	SP	SANDOVALINA	FAZENDA SÃO DOMINGOS	28/10/95	-
136.	SP	GUARANTÃ/CAFEILÂNDIA	FAZENDA BOA VISTA	14/10/95	95
137.	SP	GUARANTÃ/CAFEILÂNDIA	FAZENDA BOA VISTA	07/11/95	-
138.	SP	IARAS	FAZENDA SANTANA/COLONIAL/CAPÃO RICO	20/11/95	50
139.	SP	CASTILHO/ANDRADINA	FAZENDA ANHUMAS/NHUMAS	18/11/95	200
140.	SP	CASTILHO/ANDRADINA	FAZENDA ANHUMAS/NHUMAS	03/12/95	-
141.	SP	RANCHARIA	FAZENDAS S.JOÃO DA MATA/ FAXINAL/ MATÃO/ OUTRAS	/05/95	450
142.	SP	RANCHARIA	FAZENDAS S.JOÃO DA MATA/ FAXINAL/ MATAO/ OUTRAS	11/08/95	-
143.	SP	PRESIDENTE EPITÁCIO	FAZENDA NOVA LAGOINHA OU RESERVA FLORESTAL	29/10/95	15
144.	SP	PRESIDENTE EPITÁCIO	FAZENDA NOVA LAGOINHA OU RESERVA FLORESTAL	03/11/95	-
145.	SP	SÃO PAULO	ÁREA GUARANI JARAGUÁ	11/03/95	-
146.	SP	ITABERA	FAZENDA BERGAMINI/BATAGINI	22/11/95	100

**Total**      **30.476**

96.	PR	QUERÊNCIA DO NORTE	FAZENDA PORANGABA I	18/08/95	200
97.	PR	QUERÊNCIA DO NORTE	FAZENDA MONTE AZUL	03/04/95	50
98.	PR	LARANJAL/ALTAMIRA DO PARANÁ	FAZENDA VALE DO CANTU	01/10/95	260
99.	PR	SAPOEMA	FAZENDA ARAME/SÃO CARLOS	16/11/95	70
100.	PR	SAPOEMA	FAZENDA SANTA CRUZ/BOM SUCESSO	17/11/95	150
101.	PR	CANTAGALO	FAZENDA FUNDO GRANDE	02/10/95	300
102.	PR	QUERÊNCIA DO NORTE	FAZENDA PORANGABA II	13/12/95	200
103.	PR	ITAGUAJÉ	FAZENDA MASCOTE	/03/95	-
104.	PR	ITAGUAJÉ	FAZENDA MASCOTE	03/12/95	18
105.	RJ	RIO DAS OSTRAS	FAZENDA CANTAGALO	14/10/95	140
106.	RN	JOÃO CÂMARA	FAZENDA MODELO	14/02/95	400
107.	RN	GOIANINHA	FAZENDA BOM JARDIM	30/05/95	150
108.	RN	TOUROS	FAZENDA VALE DA ESPERANÇA E ARARÉM	06/11/95	200
109.	RO	CAMPO NOVO	PROJETO BURITI	18/04/95	100
110.	RO	CORUMBIARA	FAZENDA SANTA ELINA	15/07/95	500
111.	RO	OURO PRETO D'OESTE	FAZENDA SANTA ROSA/FAZENDA TRIÂNGULO	07/09/95	270
112.	RO	VILHENA	FAZENDA NOVA ZELÂNDIA	/ /95	30
113.	RS	CRUZ ALTA	FAZENDA BOQUEIRÃO	06/09/95	802
114.	SC	ABELARDO LUZ	FAZENDA OLHO D'ÁGUA	22/10/95	250
115.	SC	PASSOS MAIA	FAZENDA AMEIXEIRA	20/11/95	820
116.	SC	PASSOS MAIA	FAZENDA AMEIXEIRA	25/11/95	-
117.	SE	CAPELA	USINA SANTA CLARA	28/11/95	800
118.	SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	FAZENDA MOCAMBO	08/03/95	150
119.	SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	FAZENDA MOCAMBO	06/06/95	-
120.	SE	SALGADO/BOQUIM	FAZENDA RIACHÃO	22/11/95	550
121.	SP	ITAPEVA/ITABERÁ	FAZENDA PIRITUBA	02/04/95	200
122.	SP	ITAPEVA/ITABERÁ	FAZENDA PIRITUBA	15/05/95	-
123.	SP	ITAPEVA/ITABERÁ	FAZENDA PIRITUBA	/08/95	-
124.	SP	ITAPEVA/ITABERÁ	FAZENDA PIRITUBA	02/10/95	-
125.	SP	ITAPEVA/ITABERÁ	FAZENDA PIRITUBA	10/10/95	-
126.	SP	ITAPEVA/ITABERÁ	FAZENDA PIRITUBA	13/10/95	-
127.	SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	FAZENDA WASHINGTON LUÍS	26/08/95	2000
128.	SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	FAZENDA WASHINGTON LUÍS	02/10/95	-
129.	SP	PAULICÉIA	FAZENDA SANTO ANTÔNIO	28/10/95	400
130.	SP	MARTINÓPOLIS	FAZENDA RODEIO	10/11/95	100

64.	PB	ALHANDRA	FAZENDA TIMBAÚBA/ AGROINDUSTRIAL TABU	22/06/95	-
65.	PB	PITIMBU	MARINAS DO ABIAÍ	20/11/95	60
66.	PB	SAPÉ	AÇUDE DO MATO/AÇUDE DA GARÇA/USINA STA HELENA	20/11/95	400
67.	PB	CONDE	JACUMÃ/LUNDGREN PASTORIL AGRÍCOLA S.A/LUPASA	19/11/95	120
68.	PB	SOUZA	FAZENDA ACAUÁ	02/12/95	150
69.	PB	SOUZA	FAZENDA ACAUÁ	14/12/95	-
70.	PE	CARUARU	FAZENDA NORMANDIA	06/02/95	70
71.	PE	BUENOS AIRES	ENGENHO CAVALCANTE	05/02/95	60
72.	PE	GOIANA	ENGENHO UBU	01/02/95	80
73.	PE	BARRA DE GUABIRABA	FAZENDA JUSSARA	05/04/95	100
74.	PE	BONITO	FAZENDA VERA CRUZ	07/02/95	60
75.	PE	BONITO	FAZENDA VERA CRUZ	07/04/95	-
76.	PE	RIO FORMOSO	ENGENHO CIPÓ	14/02/95	70
77.	PE	VICÊNCIA	ENGENHO MOROJOZINHO	06/02/95	50
78.	PE	AMARAJI	ENGENHO AMARAJI D'ÁGUA	06/03/95	102
79.	PE	ÇABO	ENGENHO PEDRA	21/08/95	100
80.	PE	PETROLINA	EMPRESA SANRIZIL/PROJETO BEBEDOURO	/07/95	32
81.	PE	GAMELEIRA	USINA ESTRELIANA/ENGENHOS ALEGRE/SÃO GREGÓRIO	30/10/95	150
82.	PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	FAZENDA SAFRA/GRUPO FENÍCIA	07/08/95	2000
83.	PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	FAZENDA SAFRA/GRUPO FENÍCIA	26/10/95	-
84.	PE	IGARASSU	ENGENHO PURGATÓRIO/USINA SANTA TERESA	/05/95	-
85.	PE	GRAVATÁ	ENGENHO JUSSARA/JOÃO FARAH	06/11/95	70
86.	PE	AMARAJI	ENGENHO ESTIVA	12/11/95	150
87.	PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	USINA JABOATÃO	23/10/95	70
88.	PE	ÁGUA PRETA	ENGENHOS OURIVES E PALMEIRA/USINA 13 DE MAIO	05/11/95	250
89.	PE	PALMARES	ENGENHO SOUZA/USINA CATENDE	08/05/95	240
90.	PI	CAMPO MAIOR	FAZENDA PEDRA NEGRA	05/06/95	180
91.	PI	CANTO DO BURITI	PROJETO INCA	13/06/95	100
92.	PI	CANTO DO BURITI	PROJETO CAJU NORTE	13/06/95	110
93.	PI	CANTO DO BURITI	PROJETO CAJU NORTE	23/09/95	-
94.	PR	TAMARANA	FAZENDA MANDASSAIA	05/12/95	14
95.	PR	QUERÊNCIA DO NORTE	FAZENDA PORANGABA I	03/04/95	-

32.	MA	IMPERATRIZ	FAZENDA NUTRINORTE	02/10/95	230
33.	MG	GOVERNADOR VALADARES	FAZENDA MINISTÉRIO/ EMBRAPA/ EPAMIG	19/06/95	154
34.	MG	FORMOSO	FAZENDA PIRATINGA/SÃO CRISTÓVÃO	10/04/95	116
35.	MG	SÃO JOSÉ DA SAFIRA	FAZENDA FORMOSA/URUPUCA	07/06/95	150
36.	MG	SANTA VITÓRIA	FAZENDA PORTO FELIZ	/04/95	-
37.	MG	SANTA VITÓRIA	FAZENDA PORTO FELIZ	27/08/95	60
38.	MG	BURITIS	FAZENDA BARRIGUDA	01/09/95	500
39.	MG	PERDIZES	FAZENDA GUARIBA	27/11/95	69
40.	MG	PERDIZES	FAZENDA SONHO AZUL	27/11/95	63
41.	MS	NIOAQUE	FAZENDA ANDALUCIA E MADALENA	29/08/95	-
42.	MS	NIOAQUE	FAZENDA ANDALUCIA E MADALENA	29/08/95	140
43.	MS	ITAIQUIRAÍ	FAZENDA SUL BONITO	22/10/95	420
44.	MS	NOVA ALVORADA DO SUL	FAZENDA PAM	15/11/95	87
45.	MS	NIOAQUE	FAZENDA PALMEIRA	13/01/95	-
46.	MS	NIOAQUE	FAZENDA PALMEIRA	21/03/95	280
47.	MS	NIOAQUE	FAZENDA PALMEIRA	27/10/95	-
48.	MS	NIOAQUE	FAZENDA PALMEIRA	04/11/95	-
49.	MT	SANTO ANTÔNIO DO EVERGER	FAZENDA ITIRATUPÁ	01/08/95	300
50.	MT	DIAMANTINO	FAZENDA SÃO JOÃO	16/06/95	438
51.	MT	PEDRA PRETA	FAZENDA ALIANÇA	14/08/95	1100
52.	MT	VILA RICA	FAZENDA RANCHO ALEGRE/RIO PRETO	/03/95	48
53.	MT	CANA BRAVA DO NORTE	TATUIBI	/05/95	50
54.	PA	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	FAZENDA ARRAIAS	/04/95	50
55.	PA	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	FAZENDA CANARANA	/10/95	50
56.	PA	PARAUPEBAS/MARABÁ	FAZENDA RIO BRANCO	15/05/95	800
57.	PA	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	FAZENDA AGROPASTORIL E EXTRATIVA DO BRASIL	/04/95	-
58.	PA	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	FAZENDA AGROPASTORIL E EXTRATIVA DO BRASIL	26/07/95	82
59.	PA	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	FAZENDA INDIAPORÁ	/09/95	60
60.	PA	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	FAZENDA NAZARÉ	/11/95	60
61.	PB	CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	FAZENDA ENGENHO NOVO	24/04/95	62
62.	PB	SÃO MIGUEL DO TAIPU	FAZENDA SANTA TEREZINHA/ARGOS AGROPECUÁRIA	15/03/95	100
63.	PB	ALHANDRA	FAZENDA TIMBAÚBA/ AGROINDUSTRIAL TABU	20/06/95	20

# Ocupações de Terra - 1995

No.	UF	Município	Nome do Imóvel	Data	Famílias
1.	AL	SÃO LUÍS DO QUITUNDE	FAZENDA SÃO FRUTUOSO	28/11/95	382
2.	BA	PRADO	FAZENDA ROSA DO PRADO	05/06/95	-
3.	BA	PRADO	FAZENDA ROSA DO PRADO	12/06/95	-
4.	BA	PRADO	FAZENDA ROSA DO PRADO	23/10/95	800
5.	BA	ANDARAÍ/LAJEDINHO	FAZENDA ÁGUA BELA	16/02/95	400
6.	BA	ITAJUIPE	FAZENDA LUANDA	03/06/95	300
7.	BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	FAZENDA LAGOA E CALDEIRÃO	06/06/95	200
8.	BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	FAZENDA LAGOA E CALDEIRÃO	24/09/95	-
9.	BA	WAGNER	FAZENDA SÃO SEBASTIÃO	13/11/95	600
10.	BA	ILHÉUS	FAZENDA CONCEIÇÃO	/05/95	-
11.	BA	ILHÉUS	FAZENDA CONCEIÇÃO	22/11/95	500
12.	CE	TAMBORIL	FAZENDA POÇOS	20/10/95	26
13.	CE	OCARA/ARACOIABA	FAZENDA Córrego do Facó	20/05/95	200
14.	CE	PARACURU	LAGOA	22/03/95	13
15.	CE	CHOROZINHO	FAZENDA CÂMARA/BANCO SUDAMERIS	28/11/95	100
16.	CE	QUIXERAMOBIM	FAZENDA TANQUINHO	03/09/95	100
17.	DF	BRASÍLIA	FAZENDA POÇO CLARO	12/08/95	40
18.	DF	BRASÍLIA	FAZENDA TRÊS PINHEIROS	11/08/95	-
19.	DF	BRASÍLIA	TERRACAP	26/08/95	60
20.	ES	CONCEIÇÃO DA BARRA	FAZENDA ÁGUA PRETA	23/10/95	320
21.	ES	ARACRUZ	FAZENDA BREJO GRANDE	07/05/95	30
22.	GO	GOIÁS	FAZ. MATA DO BAÚ E MATA MOSQUITO/N. HORIZONTE	17/11/95	60
23.	GO	ALTO PARAÍSO	FAZENDA ESUSA	15/06/95	80
24.	GO	PORANGATU	FAZENDA PRESÍDIO DE SANTA CRUZ	05/08/95	80
25.	GO	GOIÁS	FAZENDA ÍNDIO	25/08/95	250
26.	GO	BARRO ALTO	FAZENDA ENGENHO DA MATINHA	16/06/95	50
27.	GO	FAZENDA NOVA	FAZENDA DUARTINA/QUARTINA	06/09/95	48
28.	GO	FORMOSA	FAZENDA NOSSA SENHORA DO CARMO	06/11/95	80
29.	GO	DOVERLÂNDIA	FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA	16/01/95	60
30.	GO	DOVERLÂNDIA	FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA	09/03/95	-

A omissão do governo tem feito acirrar os conflitos pelas terras dos remanescentes. Várias comunidades, como Frexal (MA), Rio das Rãs (BA), Kalunga (GO) e Mocambo (SE), são vítimas de ameaças, impedidas de acesso às suas terras. São conflitos que envolvem grileiros, latifundiários, empresas nacionais e multinacionais. É o caso do Vale do Ribeira, nos municípios de Ivaporunduva, Praia Grande e Pilões (SP), onde comunidades negras estão em conflito com a Companhia Elétrica de São Paulo e a Votorantim, de Ermírio de Moraes, que pretendem instalar três barragens na região. No Alto Rio Trombetas, município de Oriximiná (PA), 21 comunidades negras – aproximadamente 7.000 descendentes de escravos – enfrentam empresas do projeto Mina Bauxita da Amazônia e se opõem à construção da hidrelétrica Cachoeira Porteira.

As comunidades negras da região fundaram, a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do município de Oriximiná – ARQMO, com os objetivos de lutar pela titulação das terras, defender o meio ambiente, e denunciar e combater todas as formas de preconceito, discriminação e racismo contra a população negra. Depois de anos de luta, uma Comissão do Incra considerando os laudos técnicos e antropológicos, chegou à conclusão que se trata “de comunidades remanescentes de quilombos onde a extração da castanha-do-pará constitui, há pelo menos um século, o pilar da atividade sócio-econômica que imputa-lhes uma identidade própria”.

Desde abril de 95, o processo da Comunidade de Boa Vista, no Alto Rio Trombetas, aguardava aprovação para emissão de posse. O título foi assinado no dia 20 de novembro pelo presidente da República, por ocasião das comemorações dos 300 anos da morte de Zumbi. Apesar da comunidade de Boa Vista ocupar a gleba menor entre as terras reivindicadas pela ARQMO (1.125 ha, dos quais 798 localizadas em terras devolutas da União), esse primeiro título entregue a remanescentes de quilombos constitui um precedente muito importante. Demonstra que a titulação das chamadas “terras de negro” dependem, mais que de uma lei complementar, de “vontade política” e principalmente de muita luta. O título da terra, como sempre, não veio de graça.

A comunidade de Boa Vista lutou e conseguiu um “título de propriedade coletiva” e não individual, como queriam as autoridades. É um fato decisivo para a preservação de tradições ancestrais, já sob risco, dada a proximidade com a cidade de Porto Trombetas. Mais que o reconhecimento do direito de propriedade, é uma vitória cultural e religiosa de um povo que consegue ver reconhecida sua visão de mundo. A relação que os negros têm com a natureza é comunitária e sagrada. É o que chamam de “vitalismo”: religião e natureza não são separadas, mas unidas por uma profunda experiência de comunhão coletiva. Para eles, todas as diferentes manifestações religiosas celebram a vida, a natureza, a energia que está na terra, na água, na pedra, o axé que está presente no ser humano e em todos os viventes. A propriedade coletiva da terra contribui para manter viva a tradição, atualíssima neste fim de século. Zumbi vive e sua rebeldia é imortal.

## SUICÍDIO PELA TERRA

A violência e os massacres contra os povos indígenas começaram com a chegada dos portugueses e continuam até agora. Eles tiveram suas terras roubadas, deles foram tomadas a cultura e a língua, estão sendo exterminados fisicamente. Desde 1986, não suportando a perda de suas terras e a pressão de viverem confinados em espaços muito pequenos – em Campestre, 350 índios vivem em nove hectares –, os Guarani Kaiowá, do Mato Grosso do Sul estão se suicidando. Um suicídio que não faz parte de sua cultura e que no ano passado atingiu um triste recorde: 55 Guarani Kaiowá, a maioria entre 15 e 25 anos, preferiram morrer a enfrentar uma vida sem perspectivas. De 1986 até agora, 247 índios cometeram suicídio.

O que está preocupando muito o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) é que outros povos indígenas, que não têm suicídio como parte de sua cultura, também estão se matando. Em 1994, houve nove casos de suicídio entre os Tikuna (AM) e, no ano passado, mais um caso. Vale lembrar que na área em que vivem, município de Benjamin Constant, ocorreu um massacre no dia 15 de março de 1988, quando foram assassinados 14 Tikuna. É uma área constantemente invadida por fazendeiros e sob grande pressão. Em 1994, também houve um caso de suicídio entre os Wapixana, de Roraima e outro entre os Karipuna, do Amapá.

A perda de terras indígenas está sendo agravada pelo Decreto 1775/96, que estabelece o princípio do contraditório – na prática torna as reservas passíveis de contestação. O decreto foi emitido este ano, mas só o fato de saber que o governo já o estava preparando, provocou uma invasão nas terras indígenas em 1995. Atualmente, existem 555 áreas indígenas: 212 delas já registradas e, por isso intocáveis. Contudo 341 áreas são passíveis de contestação.

A violência contra os povos indígenas não se resume ao assassinato. Eles morrem de doenças levadas pelos não índios – como é caso dos Yanomami, de Roraima – e por falta de tratamento adequado, numa clara omissão da Funai. Eles são atropelados por veículos que trafegam em estradas que cortam suas terras. Eles se matam porque não podem suportar viver sem a terra. Em todos os casos, o governo federal é o culpado: seja por omissão ou tendo uma participação ativa, como na elaboração do Decreto 1775/96.

## ZUMBI: 300 ANOS DE REBELDIA

República de Palmares, Serra da Barriga, Alagoas. Convivendo em liberdade, escravos fugidos, índios e brancos pobres criaram uma sociedade multirracial e pluricultural. Um sonho que se tornou realidade por quase 200 anos. Destruída em 1791, seus ideais não morreram. O líder Zumbi, 300 anos depois da sua morte, continua representando a principal referência da luta dos negros e também dos oprimidos e excluídos de todas as raças e classes. Apesar da “recomendação do Conselho Ultramarino”, de 1740, para que “não engrosse esse negro no poder e se faça mais custosa a sua destruição”, sua memória ainda é viva e atual.

O ano passado teve um significado especial para os remanescentes de quilombo. Uma de suas lutas mais importantes é o reconhecimento e a demarcação das “terras de negro”. De acordo com a Sociedade Maranhense de Defesa de Direitos Humanos, somente no Maranhão existem 350 comunidades rurais negras espalhadas em 1 milhão de hectares. O artigo 68 das Disposições Transitórias Constitucionais, aprovado na Constituição, reconhece o direito de posse de terras habitadas por remanescentes. Desde então, as comunidades negras vêm lutando para o cumprimento da lei maior. A senadora Benedita da Silva apresentou, em maio de 95, um projeto de lei regulamentando o artigo 68 da Constituição. Até o momento, não foi aprovado. Nestes últimos anos, a organização quilombola tem crescido bastante, pressionando autoridades e conseguindo sensibilizar a sociedade sobre esta questão.

propriedade de Manoel Nunes. Levados por ela, agentes da CPT/MA, e uma repórter da Folha de São Paulo lá encontraram 86 trabalhadores escravizados sob o sistema de "barracão". Receberam também informações que 17 peões haviam conseguido fugir. O gato conhecido como "Bala" informou que era difícil saber sobre Abel, "porque quando os peões chegam aqui não têm nomes, só números". Um dos peões contou para dona Pureza que Abel já tinha ido embora.

À procura do filho, D. Pureza foi montando um dossiê das fazendas por onde passava. Segundo ela, existem dois tipos: as "mansas", onde os peões são escravizados, e as "bravas", onde também são assassinados. Infelizmente, no início deste ano, Dona Pureza teve a confirmação que seu filho Abel está morto.

## **Enfrentando a prisão**

Liderança dos sem-terra do Pontal do Paranapanema - SP, companheira do líder José Rainha, mãe de João Paulo, Diolinda Alves de Souza começou muito cedo na luta pela reforma agrária, aos 15 anos. Sua família vivia num assentamento no Espírito Santo e foi lá que ela conheceu Rainha. Depois foram para o Nordeste e em seguida para o Pontal. Liderança por méritos próprios, Diolinda acabou sendo presa no lugar de Rainha, mas também porque o subsituía na condução da luta na região - caso rumoroso na imprensa, escolhido para exemplar os demais que aumentam país a fora.

Diolinda passou 15 dias na prisão e conseguiu sair graças a uma mobilização geral. No início de 1996, ela foi presa novamente e passou dois meses detida. Segundo Diolinda, a prisão só veio reforçar a sua disposição para a luta. "Estamos lutando por um direito nosso e não vamos recuar", diz ela.

Algemada frente às câmeras, ela tornou-se imagem do tratamento dado pelo atual governo à questão da terra. Libertada, abraçada ao marido e ao filho, tornou-se também imagem da mulher forte, digna, que quase sempre é quem sustenta a luta no campo.

## **Maria, a guerreira**

Uma guerreira em todos os sentidos, Maria Rodrigues dos Santos Gomes viu o marido, o líder sindical Alonso dos Santos Gomes, ser assassinado na sua frente pelo pistoleiro Marino Santos, que também tentou matá-la. Para se defender, ela re-

correu ao terçado e acabou matando o pistoleiro. Isso aconteceu em 19 de novembro de 1990, em Alto Grande (MA). A polícia, tão incompetente para descobrir o mandante do assassinato de Alonso, foi muito rápida para prender Maria e acusá-la. O julgamento aconteceu no dia 28 de setembro de 1995, em São Mateus do Maranhão, e Maria foi absolvida por unanimidade.

Alto Grande é um povoado no município de São Mateus, onde a violência é rotina. Desde 1985, havia um conflito entre o latifundiário Alcide Neto - que temendo a reforma agrária queria vender suas terras - e várias famílias de posseiros que lá viviam por gerações. Eleito delegado sindical para a região de São Mateus, Alonso apoiou os posseiros. Dois dias antes do assassinato de Alonso, o pistoleiro Marino Santos, que se dizia vendedor de redes, começou a rodear a casa e fazer perguntas. No dia 19, o suposto vendedor passou pela casa e foi para a roça onde Alonso estava trabalhando. Desconfiada, Maria seguiu-o e quando chegou ao local os dois estavam discutindo. O pistoleiro puxou um revólver Taurus, calibre 38 e atirou em Alonso que caiu. Desesperada, Maria pegou um pedaço de pau e atacou o pistoleiro que revidou com socos e chutes. Antes que ele conseguisse pegar o revólver que estava no chão, Maria agarrando o terçado do marido acertou Marino com um golpe no peito, matando-o.

Depois da tragédia, ela não se deixou abater. Integrou o Movimento das Viúvas Vítimas da Violência no Campo, do Maranhão, que reúne 80 mulheres que como ela tiveram seus maridos assassinados por questões de terra, e hoje faz parte da coordenação. Feliz com a absolvição, Maria diz que não pode descansar ainda. "Está faltando descobrir e julgar o mandante da morte de meu marido", afirma.

## **Uma quebradeira de coco na China**

Liderança do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, no Tocantins, poeta, cantadora e agente de pastoral, Raimunda Gomes da Silva é uma lutadora. Nasceu no Maranhão, casou cedo e logo foi abandonada pelo marido com filhos para criar. Pela sobrevivência fez de tudo: trabalhou na roça, quebrou coco babaçu e acabou por tornar-se líder das quebradeiras.

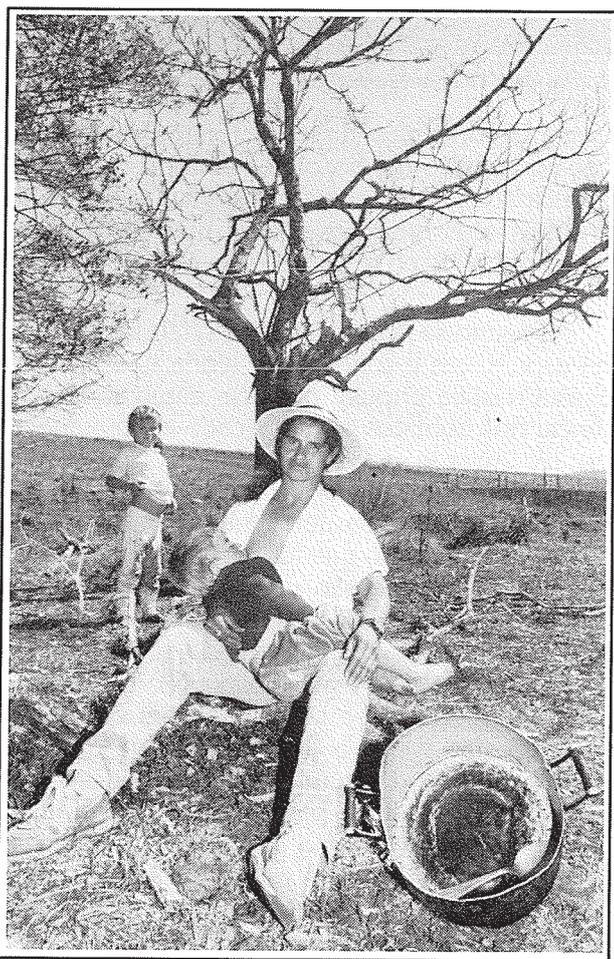
Abraçou a luta pela terra e tornou-se agente de pastoral da CPT Araguaia-Tocantins: Amiga de padre Josimo Tavares, sentiu a sua morte "como de um irmão" e transformou a dor em muitas poesias e ladainhas. Pela expressão que tem como liderança das trabalhadoras rurais, dona Raimunda foi convidada a participar da Conferência Internacional da Mulher, realizada em Beijing, na China.

poliada, poluída e dilacerada, que grita. A atual civilização da ciência e da tecnologia, quebrando delicados equilíbrios ecológicos e destruindo sofisticados ecossistemas não estaria levando a humanidade ao trágico destino que é sua própria destruição?

A luta pela terra vai além da reforma agrária. O seu horizonte último é a reconstrução da aliança com a Terra, comunhão com todos os seres vivos, grande bem-aventurança universal, consolidação de um novo paradigma de civilização para a humanidade. Ao fazer seu balanço anual, para a CPT, é

importante contabilizar não só os impactos sociais que os conflitos tiveram em 95, mas verificar também a contribuição da luta pela terra à humanização da nossa sociedade. Se por um lado, a violência, a impunidade e as chacinas constituem a trágica realidade de negação da humanidade, da dignidade e da vida na terra, por outro, este balanço aponta também sinais de esperança e do novo. Em busca da Terra da Promissão, lavradores, lavradoras e seus aliados, de muitas e criativas formas, têm contribuído para alimentar o amor pela Vida, o respeito pela Terra, para torná-la, concretamente, lugar acolhedor e acolhedor: "a casa de todos".

## MULHERES DO CAMPO



Ronaldo Bernardi

Gênero e classe se entrelaçam e esta combinação é fundamental não só para a construção de novas relações de gênero, mas de um processo de sociedade democrático e popular; muitas organizações de trabalhadores têm práticas autoritárias e machistas baseadas na idéia que "as reivindicações das mulheres são justas, mas para depois..." Este é o consenso a que chegaram trabalhadoras rurais de 17 estados que se reuniram de 19 a 24 de outubro de 1995, no Instituto Cajamar, em São Paulo. E

esta é a queixa das mulheres trabalhadoras rurais que ao lado dos homens, ou às vezes sozinhas, vêm lutando pela terra, pela reforma agrária, contra a violência e a impunidade.

Mas elas e sua luta estão se fazendo respeitar. Em 1995, entre tantas trabalhadoras rurais quatro se destacaram pelas posições firmes que assumiram. Pureza Lopes Loiola, do Maranhão, que na busca incessante de seu filho Abel, desaparecido em 1993, vem ajudando a denunciar o trabalho escravo no estado. Diolinda Alves de Souza, liderança dos sem-terra no Pontal do Paranapanema, presa na tentativa de criminalizar a luta pela terra. Raimunda Gomes, líder das quebradeiras de coco babaçu de Tocantins, participante da Conferência Mundial da Mulher de Beijing (China). Maria Rodrigues dos Santos Gomes, lavradora do Maranhão, julgada e absolvida por ter matado, em legítima defesa, o pistoleiro que assassinou seu marido, o líder sindical Alonso Silvestre Gomes.

### Mãe Coragem

Desde 1993, Pureza Lopes Loiola, 45 anos, de Bacabal (MA), com coragem, fé e determinação, percorre as fazendas do Pará procurando o filho Abel, que hoje deveria ter 21 anos e desapareceu, como tantos outros trabalhadores rurais, enganado pelas falsas promessas dos "gatos". Antes do filho, dona Pureza já havia perdido dois outros parentes da mesma maneira. Por isso, ela não se intimidou, foi à luta e usou a estratégia de entrar nas fazendas e falar diretamente com os peões. Antes de sair em busca do filho, esteve em Brasília, falou com as autoridades e não recebeu a ajuda de ninguém.

Em março do ano passado, dona Pureza ajudou a revelar um caso de trabalho escravo na Fazenda Agronunes S.A., em Santa Luzia (MA), de

## SOLIDARIEDADE NA LUTA

Em dezembro de 1995, o Ibope realizou uma pesquisa na cidade de São Paulo com a pergunta: "Você apóia as ações do Movimento Sem-Terra?" O resultado foi surpreendente: 56% dos entrevistados apoiaram integralmente as ações dos sem-terra. Nas periferias, o índice subiu para 67%. Em pesquisa anterior realizada em outubro, pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) na cidade de Campinas (SP), onde vive uma elite de origem rural, o resultado foi igualmente surpreendente: 90% da população considerou que é necessário fazer a reforma agrária; apenas 21% achou que o governo Fernando Henrique Cardoso quer realizá-la, e 69% apoiou as ocupações de terra do MST como forma de pressionar o governo.

Esta é uma demonstração da rede de solidariedade que a luta pela terra tem suscitado, tanto entre os próprios acampados, como entre setores cada vez maiores da sociedade. São vários os casos de assentamentos que acolhem outros sem-terra despejados. Esta prática de interajuda é comum entre eles, faz parte da mística do Movimento dos Sem-Terra, porém mais significativa ainda é a solidariedade de sitiantes e pequenos proprietários, colocando à disposição pedaços de terra, em áreas pequenas e já insuficientes para eles, para fazer hortas e pequenas criações. Outros oferecem trabalho aos sem-terra. É esta ação concreta que tem permitido a resistência de muitas famílias de acampados, despejadas e sem lugar para onde ir. Em muitos casos, os pequenos proprietários correm riscos, ameaçados pelos fazendeiros que consideram a permanência dos sem-terra na região um perigo constante. Há, ainda, o apoio das comunidades cristãs, das entidades locais e da sociedade como um todo.

De um ponto de vista cultural e religioso, esta solidariedade se revela sobretudo nas celebrações, festas, comemorações e, mais uma vez, nas Romarias da Terra, marca registrada da Comissão Pastoral da Terra. Algumas, em lugares tradicionais de devoção popular; outras, em locais marcados por conflitos e lutas pela terra, antigas ou recentes. Várias romarias já começam a tratar questões rurais e urbanas de forma integrada e interativa, como mostram lemas escolhidos neste ano: "Os expulsos da terra e os excluídos na cidade", foi o lema da Romaria de Bom Jesus da Lapa (BA). Os romeiros se reúnem para cantar, rezar, denunciar, e também para



*Ocupação da Fazenda Saudades, Santa Izabel do Ivaí-PR*

Guato Costa

trocar experiências, discutir projetos e propor soluções que estão dando certo, abrindo caminhos de participação, democracia e cidadania. Os grandes desafios e as questões sociais mais complexas se tornam motivo de reflexão, de partilha e de oração.

Mesmo se já foi decretado o "fim das utopias", há esperanças e sonhos que ainda não morreram. É esta mística popular que tem alimentado a resistência nos conflitos e qualificado as lutas no campo. De um lado, contribuindo para uma compreensão mais integral da própria terra e cidadania. De outro, tornando essas lutas mais eficazes. Uma eficácia e um impacto que fogem, talvez, dos padrões exigidos, mas que são concretos e mensuráveis. Quem já participou das romarias, sabe quanto estas experiências têm a capacidade de despertar a consciência, redobrar a força do povo e fortalecer sua resistência. Quem se confronta com a Palavra de Deus, se faz romeiro do Projeto de Deus, estará sempre pensando numa sociedade alternativa e, portanto, um perigo para qualquer sistema, também para os atuais "neo" e "pós" alguma coisa.

### **Conflito e Esperança**

Analisando os conflitos no campo, constata-se que a mesma lógica que expulsa da terra, escraviza e mata as pessoas, também dilapida o meio ambiente e destrói a vida na terra. Não existe só luta pela terra e violência por causa dela; o mais grave é que a humanidade hoje vive em conflito com a Terra. Por isso, não são apenas os oprimidos e excluídos que gritam. Há um lamento que vem dos rios e matas, dos peixes, pássaros e animais ameaçados de extinção. É a Terra toda, es-

O professor Jurandir Zamberlam, da Universidade de Cruz Alta (RS), prova com dados, no livro publicado em 1991, "Assentamentos, a Resposta Econômica da Reforma Agrária", que os assentamentos daquela região apresentam índices de produtividade superior aos das antigas fazendas ocupadas por eles, além do aumento de renda, geração de impostos e retorno do capital investido. Um desses casos é o da Fazenda São Joaquim (PR), com 2.835 hectares. Antes da ocupação havia apenas um morador - o capataz, porque os donos moravam em Curitiba -, com 10 alqueires de pastagens e dois cavalos. Após a ocupação e o assentamento, 107 famílias foram beneficiadas, produzindo 20.000 sacas de milho, 1.100 sacas de feijão, 600 sacas de arroz, 150 mil pés de erva-mate, cinco mil pés de árvores frutíferas, 530 bovinos, criando 600 equinos, 80 ovelhas, utilizando um trator, três trilhadeiras, 75 carroças. No local existem 30 casas, uma escola e um posto de saúde. Tudo isto sem nenhuma ajuda do governo.

Muitos dos resultados obtidos pelos assentamentos se devem à organização da produção, da comercialização e da industrialização, com diversificação da produção agropecuária. Em Lagoa do Mineiro (CE), por exemplo, 600 hectares são destinados à plantação de caju e 130 hectares para o coco. Em alguns assentamentos também estão sendo instaladas indústrias. É o caso de Conquista da Fronteira, em Dionísio Cerqueira (SC), onde existe uma fábrica de jeans, que produz mil peças por mês. Ela aumentou a renda média das famílias e oferece oportunidades para os jovens, mantendo-os no campo.

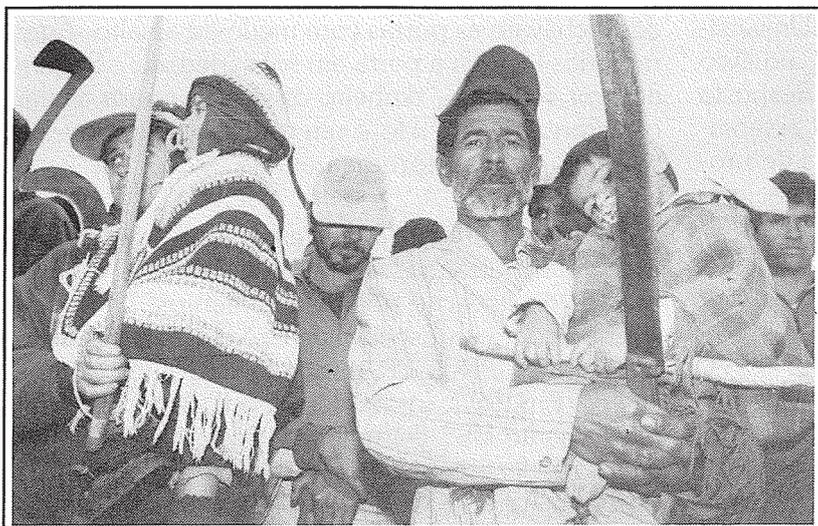
A criação de assentamentos traz considerável incremento econômico para os municípios, com a arrecadação do ICMS e o estímulo ao comércio. O assentamento Reunidas Santa Bárbara, no município de Promissão (SP), com a população estimada em cinco mil pessoas, divididas em nove agrovilas, é responsável pelo aumento de 40% do ICMS, algo em torno de R\$ 600 mil ao mês. Essas informações são do prefeito Marcos Simões (PMDB), que considera a reforma agrária uma alternativa econômica para os municípios. No assentamento foram produzidos 18.585 toneladas de milho, 1.674 toneladas de algodão, 953 toneladas de arroz e 1.456.000 litros de leite. Ele possui uma escola que atende a 600 alunos, um posto de saúde e energia elétrica chegando em todas as casas. "Quem viu o que era a fazenda e vê agora o assentamento, vai defender a reforma agrária", diz o prefeito. "Na cidade, quando os trabalhadores, em sua luta pela conquista da terra, faziam suas manifestações, to-

dos fechavam as portas com medo de assalto. Agora, todos fecham a porta em solidariedade". Segundo a prefeitura o "dinheiro dispendido para ajudar os assentamentos não é um gasto mas um investimento", e com retorno garantido.

É importante frisar que estes resultados produtivos foram alcançados apesar dos baixos investimentos do governo nos assentamentos. Os recursos do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), criado em 1986, são escassos. Em 1994, foram destinados para o programa somente US\$ 54 milhões. Segundo estimativa da Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária (CONCRAB), seriam necessários R\$ 250 milhões anuais. Cabe ainda destacar que somente 3% dos assentados que tomaram os empréstimos não os pagaram, o que significa um percentual pequeno de inadimplência.

Os resultados positivos não se resumem à produção. Eles representam melhoria da qualidade de vida, redução da mortalidade infantil e do analfabetismo, como resultado de programas de educação nos assentamentos. Em 1993, o programa "Por Uma Escola Pública de Qualidade nas Áreas de Assentamentos", ficou em segundo lugar no prêmio Itaú-Unicef - um concurso nacional de projetos sociais. Outros exemplos são o Projeto de Educação de Posseiros (PEPO), ligado ao Projeto de Educação do Assalariado Rural Temporário (PEART), no Paraná; as Escolas Famílias - atualmente, existem 87 em 20 estados -, e as Escolas Comunitárias espalhadas por todo o país. Experiências inovadoras de parcerias entre universitários e assentamentos, como é o "Estágio Vivência" promovido pela Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), ou o programa "Sintonia da Terra", produzido por estudantes de jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Além de aprofundar questões agrárias e ambientais, a novidade destas experiências consiste em trabalhar questões urbanas e rurais de forma interativa.

Com estes dados não se quer criar uma falsa imagem dos resultados dos assentamentos. Há também deficiências, mas apesar do abandono do governo, do preconceito de setores da sociedade, e da falta de apoio técnico adequado, os assentamentos gestam experiências de um modelo de desenvolvimento e de uma concepção social novas para o país. Elas mostram o retorno social e a viabilidade econômica dos assentamentos impulsionando uma nova perspectiva de luta pela democracia e cidadania no país.



*"Sem-Terra na Fazenda Boqueirão, Cruz Alta"*

Tem crescido a consciência em amplos segmentos sociais em torno da viabilidade e da necessidade da reforma agrária. Cresce, igualmente, a compreensão de que as pessoas que ocupam terras para pressionar os governos a realizá-la, são dignas de apoio. O prefeito de Querência do Norte (PR)

apoiou a ação de famílias sem-terra em processo de assentamento, que impediram, por algumas horas, o funcionamento de duas agências bancárias, reivindicando a desapropriação da Fazenda Pontal do Tigre. Segundo ele, "os sem-terra produzem, vendem e compram em Querência. Os fazendeiros são de fora. Não gastam, não fazem nada no município. Os assentados participam com cerca de 30% da arrecadação de ICMS do município".

O prefeito de Passos Maia, em Santa Catarina, Abílio Mantovani, visitou os acampados na Fazenda Ameixeira, prometeu assistência médica, leite e acompanhamento social, e afirmou: "Hoje fiquei feliz por ver pessoas que dialogam, são pacíficas e lutam por um pedaço de terra, o que é um direito delas. Sempre serei a favor da reforma agrária em terras improdutivas, mesmo que fossem minhas. Em uma noite, a nossa população cresceu 25%".

## A REFORMA AGRÁRIA QUE DEU CERTO

A incipiente e lenta reforma agrária implementada até hoje no país não modificou a estrutura fundiária, mas tem mostrado alguns resultados animadores em experiências localizadas. Sua ampliação e multiplicação é indispensável. O processo de reforma agrária que comumente resulta em assentamentos, mas de modo algum se resume neles, significa a inclusão de inúmeros brasileiros na sociedade, com resgate de sua cidadania e da participação democrática na vida política nacional. O combate à fome, o aumento de oferta de emprego e a manutenção do camponês na terra reverterem a tendência do êxodo rural e do crescimento desmedido das cidades, com todas as suas consequências negativas. Estudos e pesquisas têm demonstrado a viabilidade econômica dos assentamentos, bem como sua auto-sustentação. A maioria deles, mesmo enfrentando a falta de incentivo e de uma política agrícola definida, representam pontos de reversão na atual situação do campo brasileiro. São luzes, ainda tênues, mas visíveis a longa distância; incômodas para alguns, desconhecidas para outros, vida e esperança para tantos.

Segundo dados do Movimento Sem-Terra e INCRA, existem 1.123 assentamentos no país, com 139.223 famílias em 7.253.594 hectares. O custo médio para o assentamento de uma família, segundo dados da Organização Para Alimentação e Agricultura (FAO) e do INCRA, é de aproximadamente US\$ 16 mil, ao passo que a criação de um empre-

go na indústria siderúrgica varia de US\$ 70 mil a US\$ 150 mil dólares. O percentual médio de desistências em 1993, segundo pesquisa da FAO - com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da reforma agrária (MAARA) - era de 22% no país.

Ainda de acordo com a pesquisa da FAO, a renda familiar média era de 3,7 salários mínimos mensais. Isto significa que a renda média dos assentamentos quase atingia a renda média nacional que era de 3,82 salários mínimos. Esta pesquisa apontou uma variação de renda nas regiões. No Nordeste, a renda média mensal era de 2,33 salários mínimos; no Norte, de 4,18; no Centro Oeste, de 3,85; no Sudeste, de 4,13, e no Sul, de 5,62. Em vários assentamentos do Rio Grande do Sul, a renda média chegava a sete salários mínimos mensais. De modo geral, as rendas dos assentamentos superam as dos demais produtores das regiões em que se encontram. No Ceará, no assentamento de Santana, 65 famílias trabalham numa área de 3.213 hectares do semi-árido, alcançando uma renda média anual por família de R\$ 1.730,00, o que é inédito na região. Já no litoral, no assentamento de Lagoa do Mineiro, 144 famílias, produzindo farinha, queijo e leite atingem uma renda média familiar anual de R\$ 2.953,00. Não é muito, mas para aquela região é extraordinário.

## Perfil dos ocupantes

O ano de 1995 marca o início de uma tendência que aponta para a sua consolidação nesta virada de século: grande contingente populacional que habita as periferias de cidades, sem perspectivas de vida, volta ao campo ocupando terras porque acredita que esta é uma possibilidade de garantir sua continuidade de vida.

A maioria dos acampamentos de sem-terra, em 1995, conta com um grande número de pessoas oriundas de favelas e periferias urbanas. Para muitos, esta é uma volta às origens, que completa o círculo: da roça para a favela e dela para a roça. O modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro, adotado a partir da década de 1960, privilegiou a agricultura "moderna" e mecanizada, com alto índice de absorção de insumos e defensivos agrícolas, dispensando, em larga escala, a mão-de-obra familiar rural. Conseqüentemente, muitos pequenos proprietários, parceiros, meeiros, arrendatários e posseiros tiveram que migrar para as periferias das cidades, ampliando os bolsões de miséria e as filas de desempregados e subempregados.

De acordo com estimativas feitas por sindicatos e associações de produtores rurais de Alagoas e Pernambuco, nos últimos quatro anos, os usineiros demoliram 90 mil casas de trabalhadores na zona da cana - 50 mil em Pernambuco e 40 mil em Alagoas. Essas casas eram habitadas por trabalhadores das usinas, atuando desde o plantio até a industrialização da cana. As demolições têm um objetivo: remover trabalhadores que moram em casas no interior das propriedades, evitando uma situação que caracterizaria vínculo empregatício e, portanto, pagamento de encargos trabalhistas. O passo seguinte é recontratar a mesma mão-de-obra como safrista, ou seja, trabalhador temporário. Além de uma mudança enorme nas relações trabalhistas, isto significa também, a falta de moradia e de emprego. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Maceió tinha 49 favelas em 1991 e esse número aumentou para 120 em 1995, segundo a prefeitura local.

O agravamento da crise do setor canavieiro do Nordeste, com a diminuição dos subsídios governamentais e a baixa produtividade, tem sucateado muitas usinas e levado outras tantas à falência, aumentando o desemprego e a favelização. É evidente que o processo de favelização não é característica exclusiva do Nordeste, mas é um fenômeno generalizado que vem se agravando nesta década. Na

década de 80 era muito mais fácil saber a origem dos ocupantes, na maioria rural. Eram filhos de pequenos proprietários, arrendatários, meeiros, parceiros, posseiros e atuavam nas ocupações de terra e nos acampamentos. Já em 1995, percebe-se que todos os acampamentos de sem-terra são constituídos por grupos de origem heterogênea: aos oriundos do campo, juntaram-se ex-operários de usinas de cana e de barragens e bóias-frias. Isso indica que a luta pela terra passou a ser bandeira de diversos grupos sociais, entre os quais aqueles que experimentaram a dificuldade de se adaptar à vida na cidade, e vêem na terra a possibilidade de concretizar o sonho de uma vida melhor.

Nas ocupações do Pontal do Paranapanema (SP), existem desempregados vindos das periferias das cidades, ex-barrageiros e bóias-frias. Como José Otávio de Jesus, baiano, casado, dois filhos pequenos que soube das ocupações no Pontal do Paranapanema pelo rádio. Ingressou no Movimento Sem-Terra, pois quando conseguia trabalho na colheita de algodão, ganhava R\$ 4,00 ou 5,00 por dia: "Se Deus quiser, vou poder plantar meu pedaço de terra". Outro caso é o José Pereira da Silva, que foi para o Pontal, deixando a mulher e três filhos no Paraná, onde lavrou terra alheia por 17 anos, até que o dono da fazenda desistiu da agricultura.

Perfil diferente tem Sebastião Divino Ponciano, eletricitista desempregado, 49 anos. Em agosto, filiou-se ao Movimento Sem-Terra: "Não conseguia mais emprego", explicou. Um dos trabalhadores que esperam ser assentados na região do Pontal, Roberto Silva Neto, trabalhava como barrageiro na construção da hidrelétrica de Porto Primavera. Com a paralisação dos trabalhos, ele ficou sem emprego e há sete anos integra o MST, com a mulher Ana e três filhos: "Não adianta mais ir para a cidade. O negócio é ficar no campo mesmo", disse. As usinas de Porto Primavera e Taquaruçu demitiram em torno de três mil pessoas, das quais muitas foram para as ocupações de terra.

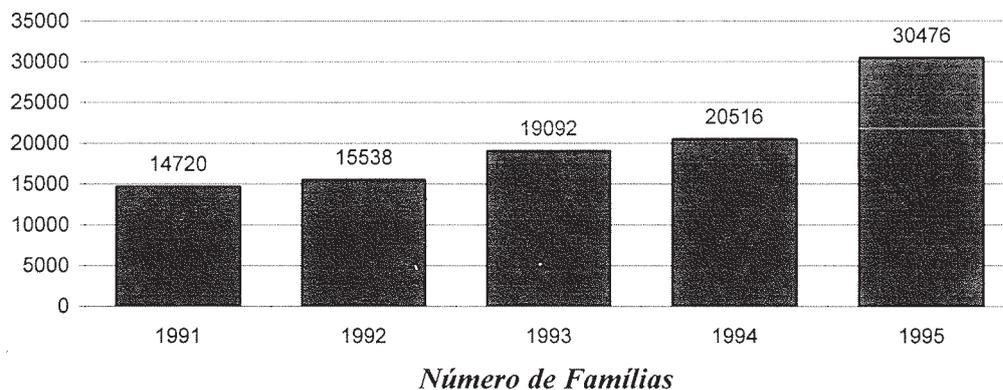
Porém, essa diversidade não ocorre só na região do Pontal. Na Fazenda Cantagalo (RJ), alguns ocupantes têm origens urbanas: Damião Fonseca do Amaral, 47 anos, operário da construção civil diz: "Que tipo de vida eu poderia dar aos meus cinco filhos na cidade?". Na Fazenda Boqueirão, em Cruz Alta, (RS), ocupada por 802 famílias de sem-terra, há 70 famílias de ex-agricultores que migraram para o Vale dos Sinos, acabaram perdendo seus empregos na cidade e foram forçados a voltar ao campo.

## CRESCEM AS OCUPAÇÕES

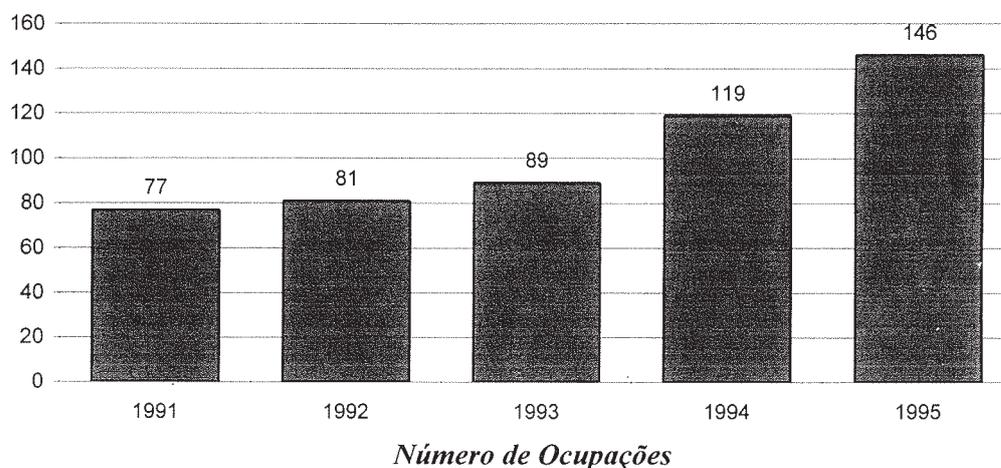
O número de ocupações de terra vem crescendo progressivamente ano após ano. Em 1995, ocorreram 146 ocupações, envolvendo 30.476 famílias. Isto significa que em cinco anos houve um aumento de 100% no número de ocupações, intensificando a curva ascendente dos casos e das famílias envolvidas (gráficos abaixo). As ocupações de terra vão se consolidando como forma de luta pela reforma agrária, de pressão junto ao governo e de repercussão na sociedade. O estreitamento das alternativas sociais, econômicas e políticas com o avanço da modernização excludente, o êxodo rural, e o esgotamento das opções nas cidades, impulsiona os sem-terra a tomar, progressivamente, a iniciativa. O crescimento do número de ocupações e de ocupantes é um sinal deste processo.

As ocupações de terra se espalham pelo país, ocorrendo praticamente em todos os estados. Com exceção das regiões Sul e Norte, nas demais houve crescimento do número de ocupações. No Nordeste, passou de 43, em 1994, para 56, em 1995, envolvendo 10.827 famílias. Em Pernambuco, ocorreram 20 casos. Na região Sudeste o número de ocupações passou de 22, em 1994, para 37 em 1995. O crescimento se deve às ocupações em São Paulo, principalmente na região do Pontal do Paranapanema - um total de 26, envolvendo 8.910 famílias. O aumento do número de ocupações no Sudeste, coloca em evidência os conflitos agrários na região mais desenvolvida do país e repercute nos grandes centros, atingindo especialmente a população urbana, que passa a compreender melhor e apoiar as ações dos sem-terra.

### *Ocupações de Terra (Comparativo 1991/1995)*



### *Ocupações de Terra (Comparativo 1991/1995)*





*Meninos Carvoeiros*

Nas fazendas da região de Iaras (SP), cerca de quatro mil pessoas, grande parte crianças, trabalham retirando a resina de pinus. Elas fazem um corte na árvore e passam ácido sulfúrico para sugar a resina da planta. Entre as crianças, Cristiano Alves Leme, de nove anos, que quando não está cortando pinus (200 por dia), carrega no colo a irmã Francieli, de quase dois anos, e ainda cuida dos irmãos Leandro, de sete e, Robson, de quatro anos. Andréia, 10 anos, diz: "Já me acostumei com essa vida". Emerson Aparecido Prestes, 14 anos, que corta de mil a 1.500 pinus por dia constata, desanimado, que não tem saída: "Ir embora, para onde?" As terras onde estão as fazendas, num total de 30 mil hectares, foram originalmente destinadas, em 1910, a um projeto de colonização para imigrantes europeus, mas acabaram sendo griladas por fazendeiros.

Porém, iniciativas estão sendo tomadas para dar alguma perspectiva à vida dessas crianças. Em 1995 foi criado o Fórum pela Prevenção e

Erradicação do Trabalho Infantil, reunindo órgãos do governo e entidades da sociedade. Com apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Unicef, o Fórum implantou um projeto piloto de fiscalização nas carvoarias do Mato Grosso do Sul, que em 1996 será estendido às de Minas Gerais. Cana, sisal e olarias são outros setores que terão prioridade em 96.

O objetivo do Fórum não é apenas impedir que crianças trabalhem, mas oferecer uma alternativa às famílias, através de negociação com as empresas, para que seja pago pelo menos um salário mínimo adicional. Isso possibilitaria que as crianças fossem à escola e não afetaria o rendimento familiar. Essas ações estão apenas começando e os resultados não serão imediatos, mas representam uma tentativa da sociedade civil organizada, em parceria com áreas do governo e apoio da Organização das Nações Unidas (ONU), para combater a exploração da mão-de-obra infantil.

ça trabalha para a família e não tem patrão explorando, não é mencionada. A exploração da mão-de-obra infantil é evidente em situações como nas carvoarias, canaviais, plantações de algodão, de cítricos, salinas, sisal, etc, onde não só as crianças, mas os pais são explorados pelo patrão. Geralmente, também existe aí o trabalho escravo.

Como o trabalho infantil no campo ainda não é contabilizado, os próprios relatórios das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) são extremamente vagos. Fala-se, apenas, em "muitas", "várias" ou "algumas" crianças entre 10 e 14 anos. O que salta aos olhos é que a situação está cada vez pior. Nas carvoarias de Minas Gerais, trabalham aproximadamente quatro mil crianças. Para receber R\$ 60,00 por mês, é preciso queimar 15 toneladas de eucalipto por dia. Por isso todos na família trabalham, incluindo as crianças.

Um dos casos mais lamentáveis de exploração da mão-de-obra infantil foi revelado no dia 29 de novembro, na fazenda Mato Seco, município de Barras (PI), de propriedade de José Lucas Pereira. Atendendo a denúncias, a polícia foi na fazenda e libertou cinco meninos com idades variando entre 10 e 16 anos e Cláudio Roberto de Lima Souza, 19 anos. Eles trabalhavam na condição de escravos, sem receber salário e vigiados por capangas armados. As crianças dormiam ao relento, sobre bagaços de cana ou dentro de uma gamela. Se reclamavam, eram espancadas com cipó de jatobá.

A história das crianças sisaleiras é igualmente terrível. Na Bahia e Paraíba, nove mil crianças trabalham no corte e processamento do sisal, do qual são feitos colchões, tapetes e papel. O sisal também é exportado para o México para a produção de tequila. Uma reportagem publicada em 30 de agosto pela revista *Veja*, mostra a vida dessas crianças. Derivan Ferreira Lima, 11 anos, trabalha desde os cinco anos na Sisaleira Retiro, Retirolândia (BA). Durante 12 horas por dia, ele carrega as ásperas e ponteadas folhas de sisal do depósito à máquina de beneficiamento, a 100 metros de distância. Durante uma jornada de trabalho, ele transporta uma tonelada de sisal.

Os acidentes são comuns. Um triste exemplo, é o caso de Carlos da Silva de Jesus, 14 anos, que ficou cego aos oito anos. Primeiro, ele espetou uma folha de sisal no olho e perdeu a vista esquerda. Continuou trabalhando até quando, por não enxergar direito, espetou o outro olho com um facão ficando totalmente cego. Crianças mutiladas pelas máquinas de beneficiamento de sisal, sem mãos ou braços, são facilmente encontradas. Para fazer este trabalho perigoso e exaustivo, elas ganham R\$ 2,50 por semana.

## Morte na estrada

O trabalho das crianças nos canaviais é um problema sério que está espalhado em todo país. Na região de Campos (RJ), 10 mil crianças trabalham no corte da cana ganhando R\$ 0,42 por metro cúbico. Renato Medeiros, 12 anos, diz que não dá para sair dessa situação. "Tem lavrador cortando a cana de noite com lâmpião, por isso a gente não consegue ganhar mais. Os meninos são obrigados a dizer que têm 14 anos para evitar a fiscalização", explica. Jobel Sodré, 10 anos, que trabalha na usina Quissamã, também em Campos, se cortar mil pés de cana por dia consegue ganhar R\$ 15,00 por semana. "*Bordoando* dá para ganhar mais. Mas tem que *bordoar* muito", diz o pequeno Jobel que é arrimo de família e com seu salário, sustenta a mãe e sete irmãs menores.

Somente no noroeste do Paraná, duas mil crianças trabalham na cana, colheita de algodão e café, em jornadas de 12 horas para ganhar, com sorte, R\$ 4,00 por semana. Para os pequenos canavieiros, não faltam acidentes, cortando-se com o facão ou no transporte até o local de trabalho. Acidentes como o que matou Alexandre Costa, 16 anos, na estrada da fazenda São João, em Visconde do Rio Branco (MG). Ele e mais quatro menores viajavam num caminhão, sobre uma carga de mudas de cana, quando Alexandre caiu debaixo das rodas e foi atropelado.

Na Zona da Mata de Pernambuco, a socióloga Teresa Cristina de Castro, do Centro Josué de Castro, realizou uma pesquisa revelando que dos 200 mil canavieiros que trabalham na região, 25% (50 mil) têm de sete a 17 anos, ganham menos de R\$ 30,00 por mês e são aproveitados em safras de quatro meses. Os 52 municípios da Zona da Mata, numa extensão 420 mil hectares, têm 92,8% de sua área plantada com cana.

Foi cortando cana na destilaria Caiman S.A., em Porto Franco (MA), que Juscelino Kubstchek Malho aposentou-se quando tinha 10 anos: em um acidente, as lâminas do trator deceparam sua perna direita. A destilaria Caiman, construída com recursos do Banco Mundial, tem como maior acionista o senador Edison Lobão, que também possui uma das maiores dívidas com o Banco do Brasil.

## Fórum Combate o Trabalho Infantil

Nas carvoarias de Mato Grosso do Sul, as crianças carvoeiras têm a saúde comprometida respirando dia e noite a fumaça que sai dos fornos. Nas salinas de Luís Correia (PI) e Chaval (CE), meninos de menos de 14 anos mostram nos braços e pernas as feridas provocadas pela ação corrosiva do sal, já que trabalham sem equipamento de proteção. Também no Piauí, no município de Pio IX, nas fazendas Capisa, Planalto e Boresa (Empreendimentos Agrícolas S/A), crianças trabalham em condições subumanas, na colheita do caju. Em precários alojamentos para 200 pessoas, sem água e nenhuma higiene, mulheres, homens e crianças ficam amontoados.

# Casos de Trabalho Escravo - Brasil 1995

Nº.	NOME DO IMÓVEL / EMPRESA	MUNICÍPIO	UF	Nº. PESSOAS
01	Seringais Valparaíso e Russas	Cruzeiro do Sul	AC	1.500
02	Carvoarias Nordeste de Goiás	Damianópolis	GO	10
03	Fazenda Brinco de Ouro	Pirenópolis	GO	12
04	Fazenda Agronunes S.A.	Santa Luzia	MA	86
05	Carvoarias	Montes Claros e outros	MG	***10.000
06	Fazenda Ribeirão Vermelho	Capelinha	MG	12
07	Fazenda Cônego Vítor	Boa Esperança	MG	*28
08	Fazenda São Domingos	Camapuã	MS	**213
09	Fazendas de Brachiaria	Camapuã	MS	***2.000
10	Carvoarias	Ribas Rio Pardo/Água Clara/Três Lagoas	MS	6.000 ****1.200
11	Fazenda Santa Rosa	Naviraí	MS	25
12	Fazenda Folha Verde	Chapada dos Guimarães	MT	30
13	Fazenda Ana Paula / Porta da Amazônia	Vila Rica	MT	34
14	Fazenda Travessão	Conceição do Araguaia	PA	360
15	Fazenda Mata Adentro	Santana do Araguaia	PA	171
16	Fazenda Sussuapara / Manah	Santana do Araguaia	PA	250
17	Fazenda Techagau/Nova Delhi	Rondon do Pará	PA	40
18	Fazenda Mato Seco	Barras	PI	06
19	Fazenda Santana/Colonial	Iaras	SP	* 4.000 ***
20	Fazenda Lavraska	Iaras	SP	
21	Fazenda Bom Jesus	Tabapuã	SP	70
TOTAL				26.047

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional

## Legenda:

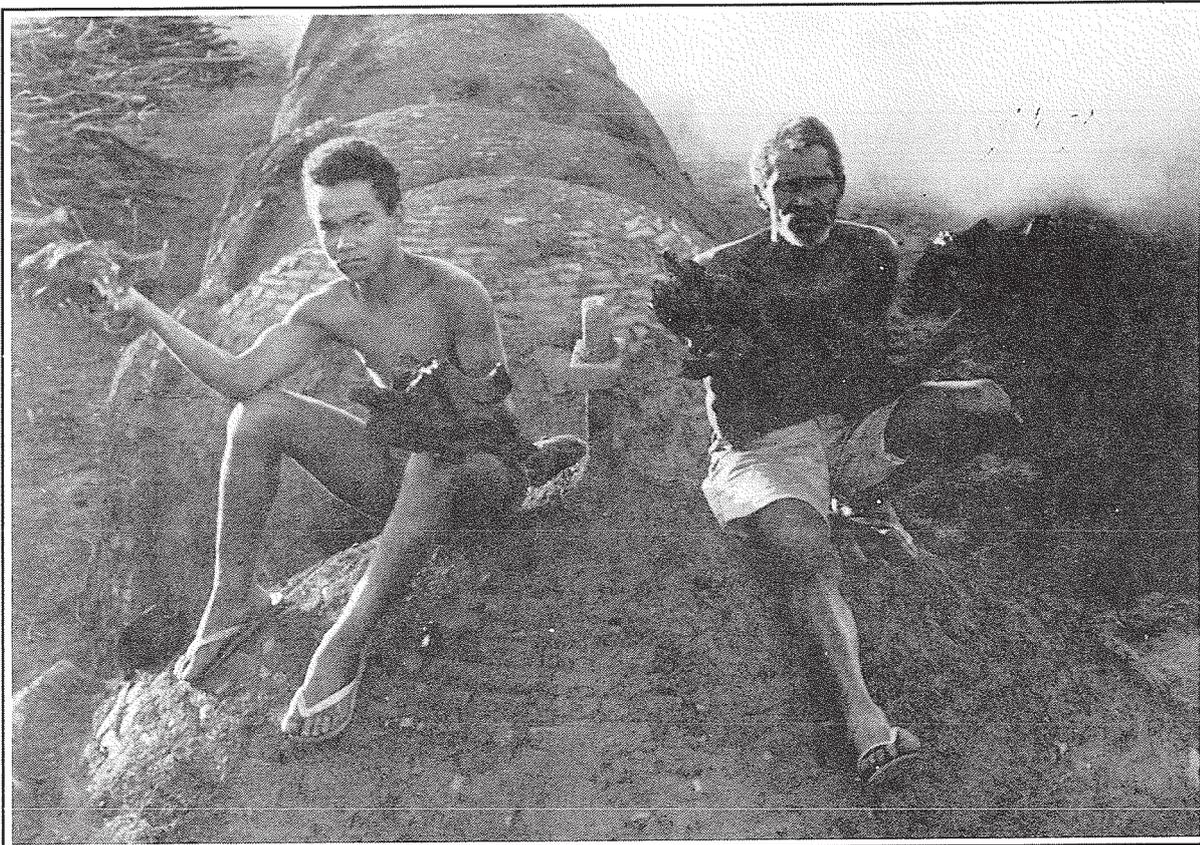
- \* Presença de menores
- \*\* 50 Menores
- \*\*\* Estimativa
- \*\*\*\* Menores

## TRABALHO INFANTIL

Quando se fala em trabalho infantil no Brasil, a primeira constatação é que existem dados demais e segurança de menos para acreditar nos números. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), há 1,3 milhão de crianças trabalhando no campo. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), falam em 7,5 milhões de crianças entre 10 e 14 anos e 4,5 milhões entre 14 e 17 anos que trabalham. Deste

total, 59,3% entre 10 a 17 anos trabalham mais de 40 horas semanais no campo, e 57,8% não recebem nada, tendo o salário embutido no dos pais. O governo americano fez um levantamento no Brasil, e aponta 3 milhões de crianças entre 10 e 14 anos trabalhando no campo.

O problema maior dessa salada de números é que a agricultura familiar, um sistema onde a crian-

*Carvoeiros de Minas Gerais*

No entanto, o problema persiste. Uma das maiores dificuldades é localizar as baterias de fornos que estão espalhadas dentro da floresta. O Ibama não sabe quantas carvoarias existem no estado. Todas elas deveriam estar cadastradas, mas o órgão possui o registro de apenas 200. Porém, apenas no maciço florestal a Secretaria de Planejamento (Seplan) estima em 364. Para tentar descobrir as baterias de fornos, a Comissão Permanente de Fiscalização conseguiu, através da Seplan, um helicóptero que realizou o trabalho de aerofotogrametria, nos municípios de Ribas do Rio Pardo, Agua Clara e Inocência. Segundo o padre Alfeo Prandel, coordenador da CPT/MS, “sem esse trabalho, marcando as coordenadas, será impossível localizar os fornos, tornando inviável a fiscalização”.

O problema tende a se agravar ainda mais. Novas carvoarias estão sendo instaladas em municípios fora da região do maciço florestal. A Comissão de Fiscalização e a DRT temem que já existam novos casos de trabalho escravo nesses municípios.

Em Minas Gerais, no norte e nordeste do estado, 200 mil pessoas trabalham direta e indiretamente na produção do carvão, cerca de oito mil pessoas, homens, mulheres e crianças trabalham em condições de escravidão. O subdelegado da DRT de Montes Claros, Ivan Colares, seguindo o exemplo do governo, também afirmou que não existe trabalho escravo na região. Não é o que a imprensa divulgou, em resposta às denúncias da CPT. Nove side-

rúrgicas e 11 empreiteiras de mão-de-obra, em Rio Pardo de Minas e Montezuma, foram autuadas pelo Ministério do Trabalho. O quadro encontrado pelos fiscais: jornada de trabalho que excede 12 horas, escravidão por dívida, exploração do trabalho infantil e nenhum equipamento de proteção.

Casos que não deixam dúvidas: José Hilário, 39 anos, cuida de 12 fornos, nunca teve um dia de folga e não sabe quando poderá voltar para casa. Ele trabalha para a Transportadora Irmãos Mendes Ltda., que produz mais de 500 metros cúbicos de carvão por mês. Não tem nenhum salário para receber e uma dívida com os “gatos” de mais de R\$ 600,00. Suas despesas com mantimentos são anotadas sem os valores. José Germânio, 35 anos, e os três filhos cuidam de 27 fornos e recebem R\$ 0,50 por metro cúbico de carvão produzido. Como esse dinheiro é insuficiente para pagar as despesas no armazém, estão endividados e trabalhando em troca de comida.

Diante da repercussão dada ao caso, a Assembleia Legislativa reiniciou as atividades da CPI que apura o trabalho escravo. Os deputados acham que existe ligação com a chamada “Máfia do Carvão”, investigada por outra CPI. O chefe da Divisão de Crimes Contra o Patrimônio, delegado Willer Vidigal, afirma que “há um entrelaçamento direto entre a atuação da “máfia” com o trabalho escravo nas carvoarias do norte de Minas e Vale do Jequitinhonha”.

junto à casa. Quase seis meses depois, quando o seringalista Batista soube do fato obrigou-a a desenterrar a criança e colocar a ossada do outro lado do rio. Mário Fernandes Barbosa foi picado por cobra e ficou 34 dias sem trabalhar, comendo apenas o que conseguia pescar. Ele conta que Batista pediu que sua filha e sua neta, ambas com 10 anos, trabalhassem como empregadas do seringalista. Mário consentiu. Uma das meninas flagrou Batista tirando a roupa da outra. As duas fugiram e como Mário se negasse a deixar que elas voltassem para a casa de Batista, passou a ser perseguido, não podendo mais comprar nada no barracão.

Ameaças e tentativas de morte não faltam no seringal, como conta José Maciel da Silva: seu filho Deusdete sofreu tentativa de assassinato a mando de Batista. Diante de policiais, o próprio seringalista admitiu que contratara dois capangas para “bater em Deusdete”. Um deles ao ser detido, afirmou que o contrato fora para matar e não para bater. Foi instaurado um inquérito policial em Cruzeiro do Sul, mas os autos desapareceram. O relatório elaborado pelos procuradores Victor Hugo e João Batista não deixa dúvidas: os trabalhadores dos seringais Valparaíso e Russas “encontram-se em situação de escravidão”.

### **Sementes da servidão**

No Mato Grosso do Sul, no município de Camapuã, segundo o Procurador do Trabalho, Luercy Lopes, existem pelo menos 20 grandes fazendas de produção de sementes de capim *brachiaria* que utilizam a mão-de-obra escrava. São condições degradantes de trabalho, nas quais cerca de duas mil pessoas - homens, mulheres e crianças, inclusive índios da nação Terena - enganados por promessas de bons salários, são levados para as fazendas e obrigados a um trabalho estafante de 12 horas, pelo qual não recebem salário, apenas comida.

A maioria é formada por migrantes contratados pelos “gatos” em Campo Grande. Terminada a colheita, eles são simplesmente abandonados na cidade, sem dinheiro algum. Em tese, eles ganhariam cerca de R\$ 0,20 centavos por quilo de semente colhida, mas todas as despesas, incluindo transporte, são descontadas do salário a preços extorsivos.

A fiscalização feita em três fazendas constatou o mesmo quadro: os trabalhadores, entre os quais crianças de até oito anos, vivem em barracas de lona, não têm água potável, começam a trabalhar às 6 horas e só terminam quando anoitece.

Na fazenda Santa Rosa, município de Naviraí, Manoel Coelho e Modesto Gonçalves conseguiram fugir e caminharam mais de 60 quilômetros até conseguir carona e denunciar o caso às autoridades. Eles foram contratados pelo “gato” conhecido como Didi, juntamente com mais 25 pessoas, com a promessa de receber R\$ 3,00 por saco colhido. Manoel trabalhou durante 40 dias, colheu 226 sacos de semente e não recebeu nada em pagamento. Na fazenda, também trabalhavam crianças entre 11 e 14 anos. O lema da fazenda, segundo os trabalhadores, é: “Você entra, mas não sai”. Os que fogem, se forem capturados são punidos na frente dos demais “para evitar deserções”.

Conforme o delegado da DRT de Mato Grosso do Sul, “a colheita da *brachiaria* é um negócio lucrativo e não existe justificativa para essas ilegalidades”.

### **Cemitério clandestino**

Trabalho escravo, assassinatos, ameaças de morte já quase fazem parte da rotina das fazendas do Pará. Em 1995, entre os vários casos de trabalho escravo naquele estado, destacou-se o da fazenda Techagau/Nova Delhi, em Rondon do Pará/Dom Eliseu. Dois ex-empregados do fazendeiro Josélio Barros Carneiro denunciaram a ocorrência de trabalho escravo e a existência de um cemitério clandestino nas fazendas, apontando como autores das mortes os pistoleiros Raí e Souza.

Uma equipe da Fetagri, acompanhada pelo deputado estadual José Geraldo Torres (PT) e o delegado João Moraes foi até o local. O cemitério clandestino foi localizado a 100 metros de uma estrada vicinal que corta a fazenda Techagau. Foram encontradas ossadas humanas, restos de pneus, pedaços de corda, plástico, solas de sapato e arame, materiais possivelmente usados para queimar os corpos. A polícia descobriu que o fazendeiro Josélio Barros e o pistoleiro Raí estavam foragidos há 60 dias. Havia oito famílias trabalhando no local, sem receber nada há quatro anos.

### **Carvoarias, o drama de sempre**

Nas carvoarias de Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, há tempos os casos mais numerosos de trabalho escravo, pouca coisa mudou, apesar da fiscalização, denúncias e pressões nacionais e internacionais. As primeiras denúncias em Mato Grosso do Sul foram feitas há cinco anos. Foi formada a Comissão Permanente de Fiscalização das Condições de Trabalho nas Carvoarias e Destilarias do Mato Grosso do Sul, e a Secretaria Nacional de Fiscalização do Trabalho tem feito vistorias periódicas, com a ajuda da Polícia Federal.

O governo Fernando Henrique, como afirmação de uma face que se pretende progressista e moderna, criou, em 95, o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (Gertraf), formado por setores da administração federal ligados à área. Apesar disso, o problema continua sério. As estatísticas são apenas a ponta do *iceberg*. Não é fácil caracterizar, autuar e documentar as práticas do trabalho escravo, em regiões mais ou menos remotas do país. Sem algum tipo de denúncia, de vítimas que conseguiram fugir, o trabalho escravo fica na obscuridade e impune. O maior problema é a falta de uma legislação que tipifique e puna esta prática. Um projeto de lei neste sentido, elaborado a partir do Fórum Nacional Contra a Violência no Campo, já está no Congresso para ser votado.

O próprio Gertraf teve sua ação prejudicada pela falta de agilidade em não chegar ao local antes que a notícia se espalhasse e pela falta de colaboração da Polícia Federal. Não foram poucas as vezes que o Ministério do Trabalho teve que pagar as diárias de delegados e agentes da Polícia Federal, para que eles participassem da fiscalização. Criar um órgão não basta, se ele não é dotado de poder e recursos para funcionar com eficiência. Um avanço no sentido de tipificar o crime e determinar a punição, é o projeto de lei.

Tipos antigos e mais recentes de atividades estão apelando para mão-de-obra forçada. Em 1995, sete anos após a morte de Chico Mendes e toda a luta para libertar os seringueiros do velho sistema de "barracão", novas denúncias de trabalho escravo reaparecem nos seringais. Em Minas Gerais, apesar da afirmação do governador Eduardo Azeredo, - "desconheço o relatório da CPT e aqui não há trabalho forçado" - a fiscalização aponta cerca de 8.000 pessoas trabalhando nas carvoarias em condições subumanas, sem receber salário. No Mato Grosso do Sul, aproximadamente 6.000 adultos e 1.200 crianças trabalham nas carvoarias em condição de escravos, apesar das denúncias, pressões e da ação da Comissão de Fiscalização das Condições de Trabalho nas Carvoarias e Destilarias. No mesmo estado, nas fazendas de capim *brachiaria*, no município de Camapuã, 2.213 pessoas foram vítimas do trabalho forçado. A extração de resina de *pinus*, no município de Iaras (SP), utilizou como escravos cerca de 4.000 mil pessoas, um grupo expressivo de crianças. No Mato Grosso e Pará, a derrubada da mata para a criação do gado - nos municípios de Santana do Araguaia, Conceição do Araguaia e Rondon do Pará, Vila Rica e Chapada dos Guimarães - é feita na base do trabalho forçado.

Em todos os casos, histórias tristes de muita miséria e falta de perspectivas de vida. Trabalhadores rurais sem-terra e sem emprego, premidos pelo fantasma da fome, se dispõem a arriscar, aceitando as promessas dos "gatos" (agenciadores de mão-de-obra), mesmo sabendo que são falsas, com a esperança que "desta vez pode ser diferente".

## Escavidão nos seringais

As primeiras denúncias foram feitas por Antônio Luis Batista de Macedo, o "txai Macedo", contra a empresa Marmud Cameli, da qual é sócio o governador do Acre, Orleir Messias Cameli, ameaçado de *impeachment* por corrupção. No município de Cruzeiro do Sul, a empresa estaria promovendo uma verdadeira devastação na floresta e mantendo famílias de seringueiros sob regime de escravidão. No dia 1º de dezembro de 95, o Procurador Geral do Trabalho no Acre, Jefferson Luiz Pereira Coelho, designou dois procuradores - Víctor Hugo Laitano e João Batista Luzardo para apurar a denúncia.

O caso mais grave é no município de Cruzeiro do Sul (AC), nos seringais Valparaíso (109 mil hectares) e Russas (79 mil hectares), onde 1.500 homens, mulheres e crianças trabalhavam escravizados pelo regime de "barracão". Manoel Batista Lopes é arrendatário de parte dos dois seringais. Ele tornou-se o fornecedor exclusivo de mantimentos para os seringueiros, e é o único com quem eles podem comercializar a borracha. Os seringueiros são obrigados a lhe pagar renda, não podem ter seus próprios roçados nem criar animais. Dependem em tudo do "barracão" e sequer conseguem saber o valor exato das mercadorias já que elas são trocadas pela borracha, numa troca em que é o comerciante quem estipula a quantidade referência.

Manoel Batista obteve na Justiça um Interdito Proibitório contra o Conselho Nacional de Seringueiros e demais entidades de trabalhadores rurais, assim como qualquer outro comerciante, para que somente ele possa comercializar nos referidos seringais. O Interdito foi concedido em 91 pelo juiz Jeronymo Borges e renovado em 94 pelo juiz Heitor Macedo.

Os seringueiros têm 20 ou 30 anos de posse, mas estão impedidos de se organizar em cooperativas. Ninguém entra ou sai dos seringais sem permissão. Espancamentos são comuns e as histórias contadas pelos seringueiros mais parecem cenas de filme de horror. Maria da Glória Silva diz que um de seus filhos morreu com oito meses e foi enterrado

A simplificação das formalidades processuais, a redução do número de recursos, o barateamento das despesas judiciais, a implantação de defensoria pública eficiente para assegurar advogado àqueles que não os podem pagar, a adoção de critérios de avaliação mais adequados para a promoção de juízes, como, por exemplo, o número de processos julgados e a qualidade das sentenças, o fim da vitaliciedade nos tribunais intermediários e superiores, de tal sorte que não se estimule, no magistrado, um sentimento de propriedade sobre a vaga que ocupa, a defesa da independência dos juízes de primeira instância, exatamente aqueles que estão mais rente à vida, o que significa não se atribuir nenhum efeito vinculante às decisões dos tribunais superiores, aqueles que estão mais afastados do sofrimento do homem comum, são outras tantas providências urgentes e inova-

dores com que se pode oxigenar o Poder Judiciário melhorando o seu desempenho.

Numa democracia moderna o acesso a uma Justiça eficiente, rápida e justa é indispensável. O povo brasileiro, aqueles mais carentes de justiça, especialmente os que estão envolvidos em conflitos agrários, setor onde se dão atualmente as maiores manifestações de autontarismo, violência, impunidade, vale dizer, setor do qual a JUSTIÇA está mais afastada, já fazem, por onde merecer medidas eficazes que lhes possam trazer uma esperança, mesmo ainda frágil, de que precisando da JUSTIÇA, ela lhes seja feita. Lutemos para que a JUSTIÇA chegue ao campo.

**Marcello Lavenère Machado**

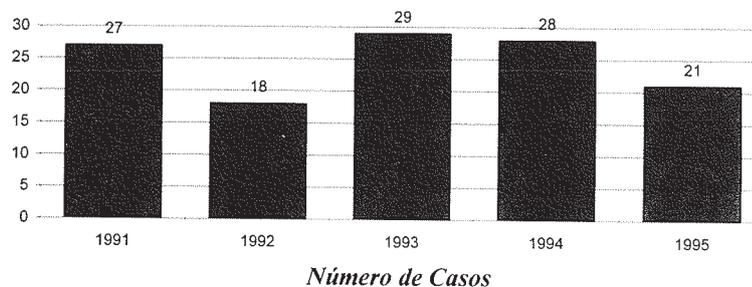
*Aadvogado*

## TRABALHO ESCRAVO

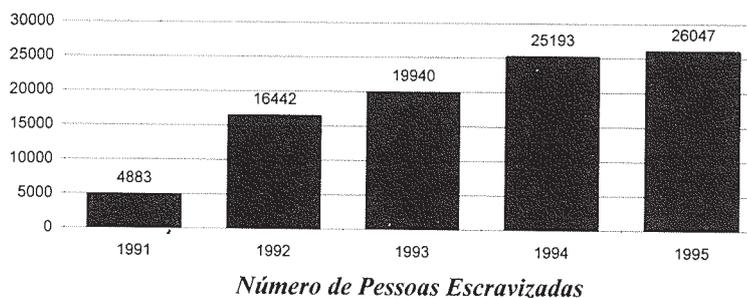
Em 1995, aumentou o número de vítimas do trabalho escravo, 26.047, sendo 854 a mais do que no ano anterior, porém diminuiu o número de casos - 21, sete a menos que em 1994. Repetiu-se a situação de escravidão nas carvoarias do Norte de Minas e do Mato Grosso do Sul, estados de maior ocorrência; neste último, com redução do número de adultos e crianças. Presume-se que a atenção

maior ao problema por parte da sociedade, da mídia e do governo esteja dificultando esta prática, que se recia em várias partes do mundo, nesta época em que baratear o custo dos produtos é exigência da competição no mercado globalizado. E em nome da reciclagem do capitalismo, tudo é possível, até voltar ao tempo das senzalas...

**Trabalho Escravo  
(Comparativo 1991/1995)**



**Trabalho Escravo  
(Comparativo 1991/1995)**



## JUSTIÇA PARA O CAMPO

A sociedade brasileira está amadurecendo em sua convicção de que a questão do Poder Judiciário não é um problema de juizes, promotores públicos ou advogados, mas um tema de interesse amplo da sociedade, como um todo, um desafio para a cidadania. Idêntica constatação há que ser feita no que toca à reforma agrária que não pode ser considerada um problema *dos sem-terra*, dos agricultores, latifundiários ou dos sindicatos rurais: é uma questão nacional, envolvendo os interesses de toda a nação. A violência rural e a impunidade que, desgraçadamente, a protege e estimula, estão intimamente vinculados a estas duas problemáticas graves: a do Poder Judiciário e a da Reforma Agrária. Por sua vez, o deficiente funcionamento do Poder Judiciário tem sido considerado como um obstáculo ao processo de implantação da reforma agrária, na medida em que a generalizada morosidade daquele órgão se manifesta com especial ênfase quando se trata de desapropriação de terras por interesse social, ou quando se cuida da apuração e punição de crimes praticados contra posseiros, ocupantes de áreas rurais, líderes sindicais, religiosos ou advogados que defendem os *sem-terra*.

Não se pode afirmar que haja um comprometimento do Poder Judiciário com os interesses do latifúndio. Todavia há, sem nenhuma sombra de dúvida, alguns desvios que precisam ser encarados e corrigidos. O mito da neutralidade, pelo qual o Poder Judiciário não deveria ter qualquer envolvimento político, provocou, na verdade, seu alheamento do sofrimento do povo, sua indiferença em relação aos conflitos e seu descomprometimento com as injustiças sociais. Tanto melhor julgaria a Justiça quanto mais se guardasse das paixões e das emoções. Vale dizer, da vida real, como ela é. Assim, condenado a viver numa torre de marfim, o Poder Judiciário perdeu sensibilidade e, com uma venda nos olhos, deixou de enxergar a realidade.

Acresça-se a isso, um outro fator extremamente importante na formação de magistrados, promotores e advogados. A concepção positivista predominante nos cursos de direito reduz o fenômeno jurídico a um conteúdo meramente legalista e formal, sacrificando-se os ideais de justiça, equidade, igualdade, na idolatria pela lei. Por estas duas vias, a *neutralidade* e o *positivismo*, o Poder Judiciário, veio a cair na armadilha das instâncias dominantes, funcionando, com frequência, como mecanismo de controle social, de produção, reprodução e defesa de uma "ordem jurídica" mais consagradora de desigualdades do que de liberdades. Tais desvios são detectáveis, especialmente na área dos conflitos fundiários, em que

o direito de propriedade, o poder econômico e político, o prestígio social, de um lado, contra a posse, a ocupação, a pobreza e a exclusão social, do outro, compõem uma lide desigual. A dificuldade de se obter a apuração da responsabilidade penal de quem comete crime contra posseiros ou lideranças dos trabalhadores rurais é tão presente quanto é ágil a concessão e a execução de liminares em favor de latifundiários para desocupação de fazendas.

O esgotamento do modelo do Poder Judiciário implantado no país, apresenta, assim, no setor dos conflitos rurais, uma de suas evidências mais gritantes. A carência de juizes e promotores públicos, uma das maiores causas da incapacidade de se assegurar justiça ao povo, se mostra mais grave nas comarcas do interior, onde a ausência do magistrado e do membro do Ministério Público, estimula o arbítrio policial, político e a justiça privada, muitas vezes representada por milícias particulares. Pesquisas revelam que apenas um terço dos conflitos judiciais são levados à Justiça, permanecendo dois terços fora do âmbito do Poder Judiciário. Sabe-se que as demandas dos menos aquinhoados são a matéria prima, por excelência, dos conflitos que não chegam, sequer às barras dos tribunais, sendo esta, também, uma das formas perversas de se negar Justiça ao povo.

Não pára aí o problema do acesso à Justiça. Dados levantados indicam que, em 1990, dos quatro milhões de processos iniciados, apenas pouco mais da metade chegou ao seu final, restando, assim, quase dois milhões de processos sem solução. Nestes que não terminam, estão, por igual, preferencialmente, aqueles de menor valor, em defesa de interesses menos influentes, assistidos por patronos de menor remuneração, portanto, aqueles com menor *potencial motivador de uma decisão*.

Tais deficiências se agravam na medida em que a atual estrutura do Poder Judiciário é hermética e impermeável. Há que se mudar esta circunstância para se dar ao Judiciário a transparência que qualquer Poder da República precisa ter. A luta por um órgão de controle da atividade administrativa do Poder Judiciário, que venha a ser integrado também por representantes da sociedade civil, é uma das propostas mais importantes na democratização daquele órgão. As escolas de aperfeiçoamento dos juizes podem, por igual, desempenhar um papel decisivo na formação da mentalidade dos novos magistrados, levando-os a uma compreensão justa e democrática da sociedade e da missão que juizes comprometidos com estes valores podem desenvolver em favor de uma Justiça efetiva e libertadora.

# Conflitos pela Terra 1995

## Violência Contra Posse e Propriedade

Região UF	No. de Conflitos de Terra	Ha Conflitivos	Famílias Envolvidas	Famílias Vítimas de Expulsão	Vítimas de Despejo Judicial	Vítimas de Ameaça de Despejo	Vítimas de Ameaça de Expulsão	Vítimas de Destruição de Casa	Vítimas de Destruição de Roças	Vítimas de Destruição de Pertences
<i>Norte</i>										
AC	4	22.400	200	1				1		1
AM	5	450.000	72				72			
AP	2	200.571	23							
PA	38	331.703	6.708	88	90	1.733	592	33	81	113
RO	15	481.115	3.512		500	270	163	506		500
RR*										
TO	9	19.248	314		63	16		63		30
<b>Subtotal</b>	<b>73</b>	<b>1.505.037</b>	<b>10.829</b>	<b>89</b>	<b>653</b>	<b>2.019</b>	<b>827</b>	<b>603</b>	<b>81</b>	<b>644</b>
<i>Nordeste</i>										
AL	6	3.930	545							
BA	43	61.838	7.510		896	318	421	127	429	111
CE	18	20.771	614	10	16			16		
MA	20	47.494	2.097	17	352		4	47	320	
PB	22	21.343	2.076		787	133			43	1
PE	27	13.908	4.480	50	668	210			426	
PI	14	58.800	836		110	131	60		90	
RN	6	14.304	900		450					
SE	11	6.576	2.002	300		800	30	150		
<b>Subtotal</b>	<b>167</b>	<b>248.964</b>	<b>21.060</b>	<b>377</b>	<b>3.279</b>	<b>1.592</b>	<b>515</b>	<b>340</b>	<b>1.308</b>	<b>112</b>
<i>Sudeste</i>										
ES	4	895	490		30	320				
MG	33	95.847	2.380		353	755	622	1		1
RJ	15	15.156	1.823			45				
SP	30	86.891	9.435		5.753	3.545			200	
<b>Subtotal</b>	<b>82</b>	<b>198.789</b>	<b>14.128</b>	<b>0</b>	<b>6.136</b>	<b>4.665</b>	<b>622</b>	<b>1</b>	<b>200</b>	<b>1</b>
<i>Sul</i>										
PR	26	39.846	2.755		379	380	3			
RS	5	7.939	2.682		802					
SC	8	10.136	2.196		1	1.106				
<b>Subtotal</b>	<b>39</b>	<b>57.921</b>	<b>7.633</b>	<b>0</b>	<b>1.182</b>	<b>1.486</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<i>Centro-Oeste</i>										
DF	7	4.842	609		138					
GO	29	202.772	2.156	318	546	183		156		
MS	11	370.640	1.917		598	857				
MT	33	661.766	5.233	362	300	2.498	147	12		13
<b>Subtotal</b>	<b>80</b>	<b>1.240.020</b>	<b>9.915</b>	<b>680</b>	<b>1.582</b>	<b>3.538</b>	<b>147</b>	<b>168</b>	<b>0</b>	<b>13</b>
<b>Total</b>	<b>441</b>	<b>3.250.731</b>	<b>63.565</b>	<b>1.146</b>	<b>12.832</b>	<b>13.300</b>	<b>2.114</b>	<b>1.112</b>	<b>1.589</b>	<b>770</b>

Legenda: \* Não há dados disponíveis do estado de Roraima

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional

## Conflitos no Campo 1995 - Violência Contra a Pessoa

Região/UF	No. Total de Conflitos	Pessoas Envolvidas	Assassinatos	Tentativa de Assassinato	Ameaçados de Morte	Torturados	Agredidos Fisicamente	Presos	Lesões Corporais
<i>Norte</i>									
AC	7	6.504		1	2		1.501	1	
AM	5	366			2			10	1
AP	2	115							
PA	45	34.764	14	7	54	16	1	35	21
RO	15	17.560	10	10	9	21	15	530	381
RR*									
TO	9	1.570	2	4	22		35	4	1
<b>Subtotal</b>	<b>83</b>	<b>60.879</b>	<b>26</b>	<b>22</b>	<b>89</b>	<b>37</b>	<b>1.552</b>	<b>580</b>	<b>404</b>
<i>Nordeste</i>									
AL	17	8.649		1					
BA	47	38.113	4	1	9	10	14	2	15
CE	20	4.270					3	12	
MA	23	11.374	3		18	2	24	5	1
PB	22	10.430	1	5	4	6	234	101	7
PE	34	29.780				5	165	1	3
PI	18	4.786		4	5	3	6		54
RN	6	4.500					5	6	5
SE	11	10.010							
<b>Subtotal</b>	<b>198</b>	<b>121.912</b>	<b>8</b>	<b>11</b>	<b>36</b>	<b>26</b>	<b>451</b>	<b>127</b>	<b>85</b>
<i>Sudeste</i>									
ES	5	2.451				1	1		
MG	50	24.960	2		6	1	1	44	2
RJ	19	9.456							4
SP	47	52.694		1	3	2	1	4	2
<b>Subtotal</b>	<b>121</b>	<b>89.561</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>48</b>	<b>8</b>
<i>Sul</i>									
PR	30	13.827		4	3		2	18	20
RS	8	14.440							
SC	14	18.058			2			3	
<b>Subtotal</b>	<b>52</b>	<b>46.325</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>21</b>	<b>20</b>
<i>Centro-Oeste</i>									
DF	7	3.045					1		
GO	34	10.872	1			1		52	1
MS	20	21.123				2		2	2
MT	39	27.369	4	5	16	2	1	3	8
<b>Subtotal</b>	<b>100</b>	<b>62.409</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>16</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>57</b>	<b>11</b>
<b>Total</b>	<b>554</b>	<b>381.086</b>	<b>41</b>	<b>43</b>	<b>155</b>	<b>72</b>	<b>2.010</b>	<b>833</b>	<b>528</b>

**Legenda:** \* Não há dados disponíveis do estado de Roraima.

Os conflitos contra a pessoa incluem os conflitos de terra, trabalhista, questão de seca, questão sindical, garimpo e política agrícola.

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional

## JUSTIÇA À MODA DOS CORONÉIS

Em 1995, o Judiciário, de modo geral, teve um comportamento lamentável em todo país. Liminares de reintegração de posse e ordens de despejo com o uso da força policial, foram distribuídas à vontade, sempre para atender os interesses dos latifundiários. Pelo mesmo motivo, lideranças dos sem-terra e integrantes de entidades que apoiam a luta pela Reforma Agrária, foram presos sob acusações absurdas, como formação de quadrilha.

Isto aconteceu em todo o Brasil, mas o destaque absoluto ficou com a Paraíba, onde juízes de comarcas minúsculas, se comportam como ditadores. E o caso do juiz Aloísio Bezerra Filho, da comarca de Alhandra, que no dia 27 de novembro do ano passado, determinou a prisão, pela Polícia Federal, de frei Anastácio Ribeiro, coordenador da CPT/PB, acusando-o de formação de quadrilha, de promover invasões e maltratar crianças. O motivo: frei Anastácio foi dar apoio a um grupo de canavieiros desempregados que havia ocupado o imóvel Jacumã/Lundgren Pastoril Agrícola S/A., no município de Conde.

Frei Anastácio ficou preso por cinco dias e devido a pressão nacional e internacional, foi libertado. Porém, o juiz Aloísio Bezerra Filho voltou a atacar. Além de responder a processo, frei Anastácio está impedido de entrar na Comarca. Em caso de ocupações, ele será considerado culpado por incitá-las e deverá ser preso, pagando também uma multa de R\$ 200,00 por família que ocupar a área.

O juiz de Alhandra, que nunca deixou de dar uma liminar de despejo, também determinou que nos acampamentos, as crianças devem ser separadas dos pais e retiradas para outro local. Segundo ele, "lugar de criança é na escola". Falhou acrescentar que além da escola, o lugar das crianças é junto aos pais. E como poderiam os sem-terra que são obrigados a viver acampados sob barracas de lona por não ter nada na vida, colocar os filhos na escola?

Esta perseguição contra frei Anastácio resulta das atitudes corajosas que ele sempre tomou, denunciando a violência e a impunidade na Paraíba. No ano passado, o coordenador da CPT/PB prestou depoimentos na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada pela Assembléia Legislativa para investigar a violência no campo, na Paraíba.

Em decorrência das liminares de reintegração de posse nos casos das fazendas ocupadas, especialmente no Pontal do Paranapanema, São Paulo foi o estado onde mais ocorreram despejos judiciais (5.753 vítimas), seguido da região Nordeste (3.279). As ameaças de despejo também aconteceram em maior número em São Paulo (3.545), seguido pelo Mato Grosso (2.498) e pelo Pará (1.733). As vítimas mais numerosas de ameaças de expulsão estiveram em Minas Gerais, Pará e Bahia. As vítimas de destruição de casa, em Rondônia. E as de destruição de roças, no Nordeste (1.308), como nos anos anteriores - um pouco menos, porque os rápidos despejos não permitiam plantar nas ocupações.

O número de 440 conflitos de terra significou a maior alta (61 a mais que 94) e o maior número desde 90; igualmente o número de pessoas envolvidas (318.458). A quantidade de hectares conflituos (3.250.731) significa uma inversão na tendência de queda gradativa que vinha se sucedendo de 91 a 94: aumentou quase 1,5 milhões. Cresceu em todas as regiões (73,9% no Norte), caiu 59,8% no Nordeste. O número de famílias envolvidas nos conflitos de terra aumentou no geral e no Norte e Nordeste, diminuindo nas demais regiões. A propor-

ção, que já foi de 29 hectares por pessoa em 91, chegou a 7,6 em 94 e modificando a tendência voltou a subir, para 10,2 em 95<sup>5</sup>. Certamente, o aumento no número de ocupações e de famílias ocupantes pode explicar, mas em parte, uma vez que também nos anos anteriores este crescia, enquanto seguidamente caía o número de hectares. Na verdade, aumentaram também outros tipos de conflitos agrários, como os tradicionais em áreas de posse e as mais recentes pressões sobre vastas áreas no cerrado do Centro-Oeste e nas reservas extrativistas na Amazônia.

Aumentaram também os conflitos trabalhistas, sindicais, de seca e de política agrícola, 15 a mais que em 94, confirmando a procura cada vez maior dos lavradores por melhores condições de produção e de trabalho. É o que na CPT chamamos *luta na terra*, para dar conta do outro lado da luta pela terra, sem o qual esta não faz sentido, porque não tem futuro. Trata-se da viabilidade econômica, ecológica e social da pequena produção agrícola, ou agricultura familiar, como os trabalhadores preferem chamar, a qual deve ser objeto de uma autêntica reforma agrária integral, que forçosamente implica uma política agrícola que lhe dê sustentação.

<sup>5</sup> Considere-se a precariedade dos dados sobre pessoas e famílias envolvidas e hectares conflituos, por conta da imprecisão deste tipo de informação.

Também as ameaças e tentativas de morte tiveram queda em 95. Dos 155 ameaçados de morte em 95, quase a metade foi de posseiros; 20 eram sindicalistas; 15 sem-terra; cinco advogados e 12 padres. Os estados onde mais ocorreram as ameaças foram o Pará (54), o Maranhão (18) e o Mato Grosso (16). Entre os padres estavam antigos freqüentadores desta lista: Henri des Roziers e Ricardo Rezende, da CPT do Pará, e Flávio Lazzarin, da CPT do Maranhão. Ao todo foram sete agentes da CPT. Dos 43 que sofreram tentativas de assassinato, 20 eram posseiros e 15 sem-terra; Rondônia (7) e Pará (6) foram os estados onde mais aconteceram as tentativas. Os casos de violência contra a pessoa, como é praxe, aconteceram mais no Norte e Nordeste.

Em que pese o aumento de casos envolvendo os sem-terra, a maior incidência de violências contra os posseiros sinaliza para a continuidade da situação agrária conflituosa nas áreas de posse, como vem acontecendo desde os anos 70. O agravamento desta situação tem levado a estratégia das ocupações para Amazônia, como alternativa mais viável para posseiros e ex-colonos expulsos.

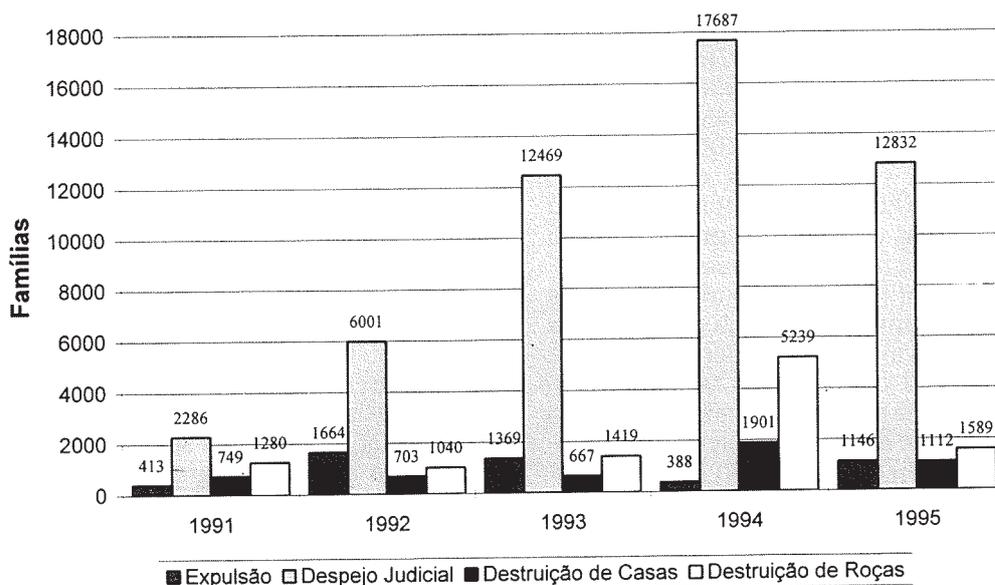
A autoria dos crimes contra a pessoa, em quase todos os casos, é coletiva, envolvendo mais de um autor. Pistoleiros cometeram 19 assassinatos, 21 tentativas e 41 ameaças. Pistoleiros e policiais civis ou militares se juntaram várias vezes para cometer assassinatos e massacres. Foi o caso da chacina na fazenda Agropastoril Extrativa do Brasil S/A, ocorrida em São João do Araguaia (PA), no dia

6 de agosto do ano passado, quando empregados da fazenda, policiais militares e policial civil Araújo, trucidaram quatro posseiros. Também em agosto, no dia 9, aconteceu o massacre da Fazenda Santa Elina, em Corumbiara (RO), quando numa ação da qual participaram pistoleiros e a Polícia Militar, nove sem-terra foram assassinados e dezenas ficaram feridos e estão desaparecidos. A participação da polícia em assassinatos e chacinas não é novidade, mas ela vem crescendo nos últimos anos. Cumprindo (ou não) ordens judiciais ou governamentais, o envolvimento da Polícia, especialmente a Militar - esse resquício do autoritarismo, cujos crimes são "apurados" e "julgados" por ela mesma, na chamada Justiça Militar, garantia de impunidade - configura-se em nova e execrável responsabilidade do Estado, que se diz democrático.

A "desmilitarização da questão agrária" parece ter militarizado sua "solução"... Modernidade...

Os índices de violência contra posse e propriedade (despejo judicial - 12.832 vítimas, destruição de casas - 1.112 e de roças - 1.589) caíram em relação a 94, ficando um pouco acima dos níveis dos anos anteriores. O único tipo de violência que aumentou em relação a 94 foi a expulsão (1.146 vítimas), aproximando-se da média dos anos anteriores. Em compensação, contrariando a tendência, houve queda no número de despejos judiciais. Confirma-se a relação entre estas duas formas de violência. O recurso à Justiça sempre pode ser trocado por outros recursos à moda antiga...

## ***Violência Contra Posse e Propriedade (Comparativo 1991/1995)***



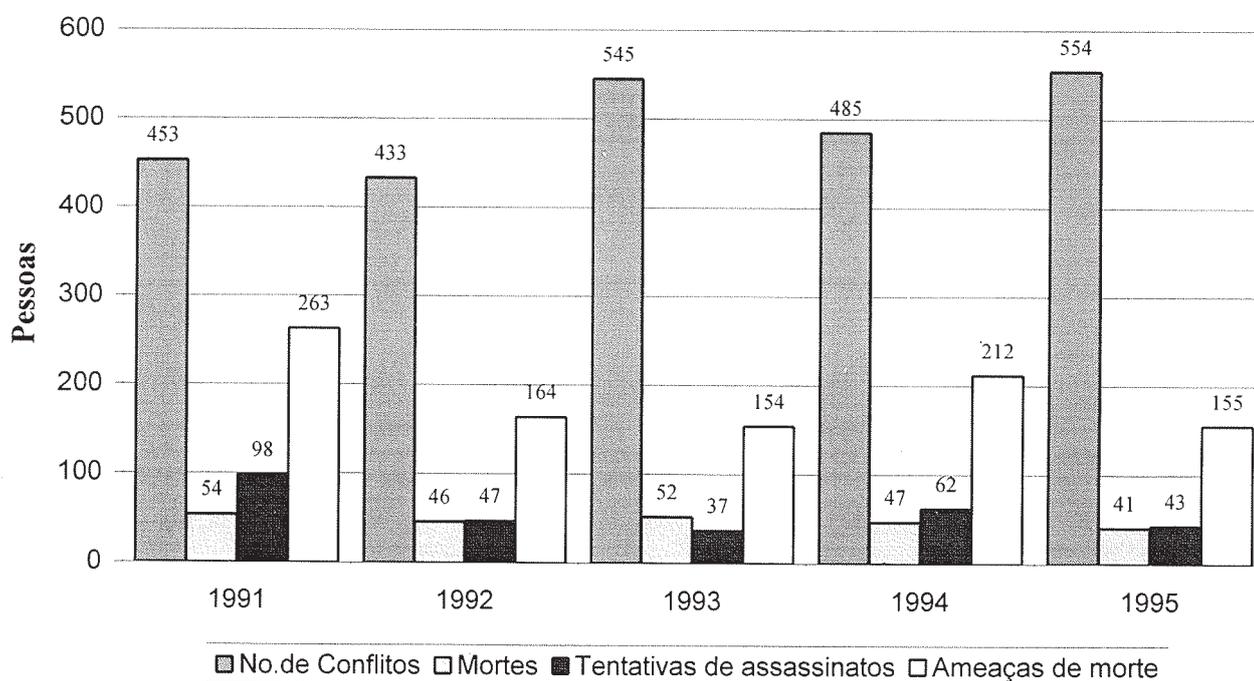
Foram computados 554 conflitos: 440 de terra, 21 de trabalho escravo e 93 trabalhistas, sindicais, de seca ou de política agrícola. Foram 69 a mais que no ano anterior, 60 acima da média anual de 494 (91-95)<sup>4</sup>, continuando a tendência de recrudescimento, que passou a vigor em 93, invertendo a tendência de queda dos primeiros anos da década. Nos conflitos de 95, estiveram envolvidas 381.086 pessoas - 72.467 a mais que em 94, acima da média de 364.206 por ano. De pessoas por conflito, a média foi de 687,8 - maior que a de 94 (626), menor que a de 91-95 (737,2).

A ocorrência e o número de conflitos por região se modifica em 95. Continua o Nordeste em primeiro lugar, mas o Norte, pela primeira vez em muitos anos, ficou atrás do Sudeste e do Centro-Oeste. Os conflitos, ainda que permaneçam em áreas de expansão, passam a se deslocar para as mais modernizadas. Isto é comprovado também pelos

estados mais conflituos em 95, em ocorrências: primeiro, Minas Gerais; com São Paulo e Bahia em segundo, e Pará em terceiro. Quase idêntica situação em número de pessoas envolvidas.

Ocorreram 41 assassinatos em 1995, seis a menos que 94. Porém, deste total 39 foram por conflitos de terra - três a mais do que em 94 - o que é significativo. Desde 1990, foram assassinadas 319 pessoas. Comparado aos 562 assassinatos da segunda metade dos 80, constatamos que o número decaiu quase pela metade nos anos 90 (243 a menos); somados, temos 881 trabalhadores rurais assassinados na Nova República, quase dois por semana. Entre os mortos em 95, o maior número, como nos anos anteriores, é de posseiros (19); seguido pelos sem-terra (15), entre os quais os nove massacrados em Corumbiara, fato que marcou um divisor na história dos conflitos em 95. Os estados onde mais se matou foram o Pará (14) e Rondônia (10).

## *Violência Contra a Pessoa (Comparativo 1991/1995)*



<sup>4</sup> Computamos a partir de 91 porque até 90 eram incluídos conflitos de terra indígena, o que então deixou de ser feito e ficou sob responsabilidade do CIMI - Conselho Indigenista Missionário.

entregar a terra ou abrir mão de direitos. Tomando consciência de sua situação, do porquê dela e dos direitos que lhes são negados, não aceitam o argumento que tendo ficado fora do processo de modernização da agricultura devam continuar assim; mostram-se decididos a fazer parte da economia e da política. Nasce desta resistência e desta ofensiva, das experiências de confronto com as classes proprietárias, empresariais e dirigentes e com o Estado que as serve, das lutas concretas por terra, crédito, tecnologia, meio-ambiente, saúde, educação, lazer, etc., uma nova cultura popular, afirmativa, em ruptura com a sujeição clientelista, com a tradicional *política do favor*, em vista de novas relações sociais, econômicas e políticas justas e solidárias.

Nesta perspectiva, é que deve ser buscado o sentido da violência atual no campo, as razões de sua continuidade e de suas alterações: ela é reação não só das forças do atraso, mas também resultado de uma modernização capitalista excludente que, apesar da democratização, insiste em continuar se fazendo em contraposição à modernização incluyente dos camponeses e dos trabalhadores rurais, da qual eles são objeto e também sujeitos, a qual não só buscam como já a praticam<sup>2</sup>.

É nesta perspectiva que propomos apresentar os dados dos conflitos no campo em 1995, como

reprodução da tradicional violência rural, mas com insuspeitados nexos e contextos atuais. Nos embates pela posse e propriedade da terra, nos casos de trabalho escravo e trabalho infantil, nas questões trabalhistas e agrícolas, no choque com oligarquias e Estado neoliberal, confrontaram-se o Brasil arcaico e o Brasil moderno<sup>3</sup> e concepções inconciliáveis de modernidade. Os conflitos apontaram, com inédita evidência, contra argumentos de peso e manobras patronais e governamentais desviantes, a modernidade da *reforma agrária* como solução para a questão agrária sempre reposta, nem tanto pela unanimidade dos discursos de ocasião, muito mais pelo avanço das *ocupações de terra* e pela barbárie da violência com que se tem buscado impedir o acesso à terra aos sem-terra, a cidadania aos *sem nada*..

Este relatório quer ser mais uma contribuição da CPT - 20 anos em 1995 - à conquista da reforma agrária integral.

### Contabilizando a violência

Os números globais da violência no campo em 1995 indicam que ela cresceu; em muitos aspectos agravou-se, em alguns manteve-se na média dos anos 90, em outros arrefeceu.

## Conflitos no Campo

### Quadro Comparativo (1991-1995)

	1991	1992	1993	1994	1995
<b>Conflitos de Terra</b>					
N. de conflitos	383	361	361	379	440
Assassinatos	49	35	42	36	39
Pessoas Envolvidas	242.196	154.223	252.236	237.501	318.458
Ha Conflitivos	7.037.722	5.692.211	3.221.252	1.819.963	3.250.731
<b>Trabalho Escravo</b>					
N. de Conflitos	27	18	29	28	21
Assassinatos					1
Pessoas Envolvidas	4.883	16.442	19.940	25.193	26.047
Ha Conflitivos					
<b>Outros</b>					
N. de Conflitos	43	54	155	78	93
Assassinatos	5	11	10	10	2
Pessoas Envolvidas	307.123	15.331	118.952	45.925	36.581
Ha Conflitivos					
<b>Total</b>					
N. de Conflitos	453	433	545	485	554
Assassinatos	54	46	52	47	41
Pessoas Envolvidas	554.202	185.996	391.128	308.619	381.086
Ha Conflitivos	7.037.722	5.692.211	3.221.252	1.819.963	3.250.731

<sup>2</sup> Ver Bernardo M. FERNANDES, A modernidade no campo e a luta dos sem-terra, in: Cultura Vozes, n. 1, vol. 90, jan/fev, 1996, pp. 65-78.

<sup>3</sup> Ver José de S. MARTINS, O Brasil arcaico contra o Brasil moderno, in: Folha de São Paulo, 22.04.96, p. 1-3.

## PARA NÃO ESQUECER CORUMBIARA

Na madrugada do dia 9 de agosto de 1995, um contingente de 300 policiais do Comando de Operações Especiais (COE) de Rondônia, investiu contra as 500 famílias de sem-terra que tinham ocupado a Fazenda Santa Elina, em Corumbiara. Foi uma chacina que chocou todo o país. No saldo final, nove sem-terra mortos - inclusive uma menina de sete anos -, dezenas de feridos e desaparecidos. Sob pressão dos fazendeiros da região, o juiz da comarca de Colorado D'Oeste, Clodner Luiz Pauletto, deu a ordem de despejo com o adendo "para imediata execução".

As acusações de que os sem-terra teriam usado "táticas de guerrilha" e emboscado os soldados foram desmentidas pela perícia: tiros na nuca, de cima para baixo, comprovavam a execução sumária. Os sobreviventes contaram histórias bárbaras sobre companheiros mortos a golpes de facão, torturados e executados depois de dominados.

As declarações de que os culpados seriam punidos encheram a boca do presidente Fernando Henrique Cardoso, do ministro da Justiça, Nelson Jobim, e do governador Valdir Raupp. Puro teatro. Quase oito meses depois, ao encerrar o inquérito policial que investiga o caso, o delegado Raimundo Mendes de Souza Filho, de Vilhena, disse que o faz com uma sensação de impotência.

Depois de ter ouvido depoimentos de 197 PMs e 203 sem-terra, ele encerra o trabalho concluindo apenas que um grupo de 10 líderes dos sem-terra são culpados de desacato à autoridade e resistência à prisão. Apesar do exame de balística, realizado no Paraná, ter identificado as armas usadas por PMs, o delegado argumentou que a culpabilidade dos policiais no caso, foge à competência do inquérito presidido por ele. Sem poder apontar os policiais que estão respondendo ao Inquérito Policial (IPM), o delegado se limitou a mandar uma cópia do laudo ao tenente-coronel João Balbi, encarregado da investigação na PM.

Alguém tem dúvidas sobre o resultado deste inquérito, onde os policiais assassinos serão julgados pelos seus pares e o espírito da corporação prevalece? A impunidade garantida, os policiais sairão tranquilos, prontos para outro despejo, para outro massacre. Os governos estadual e federal fazem de conta que a responsabilidade não é deles. Claro, o presidente da República e o ministro da Justiça, estão muito ocupados fazendo novos exercícios de retórica e prometendo que os culpados do massacre de Eldorado dos Carajás serão punidos exemplarmente, "desta vez".

Não dá para esquecer Corumbiara. É a certeza da impunidade que produziu, oito meses depois, a chacina de Eldorado dos Carajás. Se a sociedade permitir que isto aconteça, se a memória curta do brasileiro colocar mais uma pá de terra sobre os corpos massacrados em Rondônia, se este resquício da ditadura que é o IPM não for extinto, as chacinas não terão fim.

A violência, então, por mais antiquada que pareça, recupera sentido atual. Privada e/ou pública, não esconde um de seus objetivos: "o de dissuadir a fúria previsível dos excluídos, à medida que o mobilismo social é restringido e as soluções se tornam remotas"<sup>1</sup>. Vai se tornando conatural à conjuntura - já era ao nível da estrutura -, institucional até, quando acobertada pela legalidade que garante a impunidade, quando conta com a omissão, a má vontade ou a ação co-responsáveis de agentes do Estado, dos Três Poderes da República. Contrariamente ao aumento das demandas por terra e direitos no campo, o Estado vem perdendo o poder de satisfazê-las, tenta negá-las ou intervém para agravá-las.

A violência rural continua a mesma como técnica de poder; mudou o violentado. Da posição de meros reagentes, camponeses e trabalhadores rurais passaram a protagonizar ações, tomar a iniciativa, criar situações de luta por terra, condições de produção e direitos. Sobrepondo-se ao patamar de vítimas descartáveis da modernização, arrogam-se o direito de participar, incluir-se, ter voz e vez, ser sujeito e beneficiário do desenvolvimento. Talvez seja esta a grande novidade destes últimos dez anos, em termos de movimentos sociais no campo. Novos atores, portadores de novos valores, têm surgido entre os trabalhadores rurais, conforme situações e demandas diversas, enfrentando diferenciadas formas de pressão, mais ou menos violentas, para

<sup>1</sup> Luís F. VERÍSSIMO, Objetivos, in: Jornal do Brasil, 25.04.96, p.9.

O Setor de Documentação da CPT ainda não havia totalizado os dados dos conflitos de 95 e acontece o massacre em Eldorado dos Carajás (17.04.96). Dezenove lavradores sem-terra mortos pela Polícia Militar do Pará. “Vamos ter de falar de mais esse, ano que vem, como agora falamos de Corumbiara...” - comentam com desalento os que preparam o “livro” de conflitos 95”. Ingrata a tarefa de contar, ano a ano, os mortos, feridos, ofendidos... Muito mais terrível é para pais, esposas, filhos, amigos, companheiros, enterrar os corpos, enxugar o pranto e tocar a vida... Até quando? - quantas vezes já fizemos esta pergunta inútil! Mais uma vez vamos fazê-la, temos de fazê-la. Na esperança de que finalmente não seja inútil.

A violência no campo se modifica, mas persiste, como uma mancha que borra nossos projetos de modernidade. Assumindo novas formas, mais refinadas ou até mais bárbaras e acintosas, se avoluma, cresce, chega a níveis insuportáveis para a consciência nacional. Já se pensava que toda capacidade de indignação dos brasileiros havia sido gasta. Tantas chacinas, no campo e na cidade... A comoção que, de norte a sul do país, tomou conta das pessoas de todas as classes, diante das imagens do massacre de Eldorado na TV, restaurou o parco espírito de cidadania que havíamos conquistado nas marchas ético-democráticas, mas andava dissipado nos embalos do Real, ao gosto do frango barato... Nas manifestações de repúdio e exigência de apuração e punição dos responsáveis, recolocaram-se as esperanças de, finalmente, uma reforma agrária no Brasil, a velha e renovada solução, entendida agora também pela cidade.

Na verdade, os conflitos de terra, com suas inúmeras variáveis de violência, já fazem parte da história deste latifúndio chamado Brasil. As elites dominantes, em todos os momentos decisivos da nossa trajetória como país, do “descobrimento” à última eleição presidencial, têm conseguido manobrar para manter concentrados e intocáveis a propriedade e o poder. Contra os movimentos por democratização da terra e das relações sociais no campo, não têm pestanejado em lançar mão até das mais abjetas formas de coerção física e moral, contribuindo terminantemente para a perenização de uma cultura do autoritarismo e da violência. De Ca-

nudos e do Contestado a Eldorado do Carajás, tem sido a história da cidadania rural negada pela força, à custa de matanças.

O país mudou, está se modernizando. Como resultado da política de incentivos fiscais dos governos militares - maior responsável à época pelos conflitos agrários -, avançou o processo de modernização na agricultura, fecharam-se as fronteiras agrícolas, o capital territorializou-se, implantaram-se os complexos agro-industriais, proletarizou-se boa parte do campesinato, o êxodo rural esvaziou os campos, 30 milhões de pessoas deixaram a lavoura por empregos e confortos nas cidades. Não mudou, porém, o recurso à violência, para garantir este processo e fazer valer a secular vontade das elites proprietárias - latifundiárias e empresariais - assentadas no reacionarismo de seus privilégios, dos “medievais” aos modernos. Determinações e conotações novas da violência como forma de reiterar a exclusão são juntadas às tradicionais, com a mesma finalidade de manutenção da “ordem” que garante o “progresso”, agora na rota da globalização. A violência mais arcaica adquire uma funcionalidade moderna.

A Nova República, como quis se chamar o advento da democratização política, fez dez anos em 1995 e parece tão antiga quanto a Velha. Em nome da modernidade, fazem-se alianças conservadoras, concedendo às oligarquias espaço suficiente para recriar e até intensificar situações de dominação e exploração no campo, mantidas ainda e muitas vezes a bala. É o preço que se paga para viabilizar reformas e ajustes - na rabeira dos credores da nossa impagável dívida externa - de um processo de integração subordinada no mundo liberal globalizado. Vítima desta perversa combinação de arcaico e moderno, a maioria crescente do povo é relegada à marginalidade econômica, social e política, e assiste a uma acelerada precarização das suas condições de vida e de trabalho, na cidade e no campo. Aos deserdados “filhos da ditadura” - agora chamados “excluídos”, como se antes não fossem - a porta da cidadania fechada, guardada pela Polícia Militar, essa herança maldita... São estorvo, mais quando fazem “reivindicações do atraso” - como reforma agrária, por exemplo.

# Volta ao campo das colheitas



J. R. Ripper/Imagens da Terra

*Despejo de Trabalhadores Rurais – Magé, RJ*

# Apresentação

**A** Comissão Pastoral da Terra - CPT - em sua missão evangelizadora lança mais um relatório dos Conflitos no Campo, ano 1995. Este memorial de mortes, sofrimentos e dores de milhares de lavradores, sem-terra, crianças, mulheres e famílias agricultoras é um clamor de justiça que brada aos céus.

Cada ano, os gráficos e textos preparados com competência e fidelidade exemplar pela equipe nacional, em colaboração direta com cada regional, nos revelam nomes, rostos, histórias e lutas pela terra no Brasil. Uma luta centenária, diante da estrutura violenta do latifúndio e de uma justiça muitas vezes inerte e corrompida

Estes dados servirão para questionar, incomodar e transformar tais situações em favor de uma verdadeira e profunda reforma agrária. Serão instrumento adequado de pesquisa e ponto de partida para que a nação dê um "basta" a tanta morte e tantas perseguições que deixam seqüelas irreparáveis.

Manter a fidelidade à justiça em meio a tão grande número de conflitos e crimes é missão honrosa da qual a CPT é uma das sentinelas, convocando-nos a guardar a memória e a esperança.

Ainda estão abertas as feridas do massacre de Corumbiara, na querida Rondônia, limite da fronteira agrícola de nossa pátria, e novamente o latifúndio e seus agentes nos ofendem, com a chacina de Eldorado dos Carajás. Sangue inocente se mescla à terra sofrida. Vidas em troca de dinheiro. Sangue de muitos anos de luta, de muitos "Cristos" crucificados e de tantos conflitos em favor da vida e da ressurreição do nosso povo da roça.

A história brasileira se iniciou sob o signo maligno do latifúndio já que, em 1494, Portugal e Espanha, assinando o Tratado de Tordesilhas, repartiam terras, povos e riquezas. Massacrando culturas e corpos, negavam o direito à terra aos seus verdadeiros ocupantes.

Os cem anos que nos separam do genocídio de Canudos, ocorrido no sertão da Bahia entre os anos de 1896 e 1897, não devem ser esquecidos, pois a brutalidade que massacrava quase trinta mil sertanejos, destruindo 5.200 casas e plantações, precisa "queimar" nossas consciências.

Ao lermos este relatório precisamos ler a história real do povo lavrador em tantos séculos de luta. Reconhecer estas vidas entregues pela vida. Guardar na memória o nome de cada irmão que tombou como semente de justiça e paz.

Neste ano de 1996, devemos dedicar este relatório à memória do Padre Josimo Moraes Tavares, sacerdote e mártir negro, morto em Imperatriz, MA, no sábado 10 de maio de 1986, enquanto subia as escadas do edifício da CPT Regional. Assassinado por um pistoleiro contratado, ele, duas semanas antes, predizendo sua morte dissera: *"Morro por uma justa causa. Tudo isso que está acontecendo é uma consequência lógica do meu trabalho na luta e defesa dos pobres, em prol do Evangelho, que me levou a assumir esta luta até as últimas consequências."*

Precisamos cultivar a memória dos lavradores mortos e de suas lutas, mantendo acesa a chama do Cristo Ressuscitado, na certeza de que Ele caminha vivo ao nosso lado. Assim todos os injustiçados na luta da terra serão sementes de um novo amanhecer pleno de vida, terra, justiça, liberdade e paz.

São Paulo, 8 de maio de 1996

**Paulo Evaristo, CARDEAL ARNS**  
Arcebispo Metropolitano de São Paulo

# Índice

---

<b>Apresentação</b>	<b>3</b>
<b>Volta ao campo das colheitas</b>	<b>4</b>
Para não esquecer Corumbiara	6
Justiça à moda dos coronéis	10
Justiça para o Campo	12
Trabalho escravo	13
Trabalho infantil	17
Crescem as ocupações	20
A reforma agrária que deu certo	22
Solidariedade na luta	24
Mulheres do campo	25
Suicídio pela terra	27
Zumbi: 300 anos de rebeldia	27
<b>Nossos critérios de trabalho</b>	<b>45</b>
<b>Fontes de pesquisa - 1995</b>	<b>47</b>
<b>Comissão Pastoral da Terra</b>	<b>49</b>
<b>CPT no Brasil</b>	<b>50</b>
<b>Expediente</b>	<b>52</b>
<b>Tabelas:</b>	
Conflitos no campo (quadro comparativo 1991- 1995)	7
Violência contra a pessoa	11
Violência contra a posse e a propriedade	11
<b>Gráficos:</b>	
Violência contra a pessoa	8
Violência contra a posse e a propriedade	9
Trabalho Escravo - número de pessoas	13
Trabalho Escravo - número de casos	13
Ocupações de terra - número de família	20
Ocupações de terra - número de ocupações	20
<b>Listas:</b>	
Casos de Trabalho Escravo no Brasil - 1995	17
Ocupações de terra - 1995	29
Assassinatos no campo - 1995	34
Tentativas de assassinatos - 1995	37
Ameaçados de morte - 1995	39

# Dedicatória

---



Ronaldo Bernardi

## **N**o país das terras cativas

Aos  
Trabalhadores Rurais Sem-Terra  
que, há dez anos, organizados em  
Movimento,  
forçaram cercas e  
ocuparam terras  
para fazê-las produzir  
e acolher os deserdados;

Aos trabalhadores de Corumbiara,  
vítimas do massacre de 09/08/95  
sinal de sangue,  
aceso,  
queimando na memória;

e

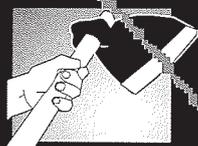
Ao Dr. José Gomes,  
que depois da morte prossegue,  
com todos nós, a luta pela Reforma  
Agrária  
e a justiça no campo

Dedicamos esse registro imperfeito  
da dor e o esforço para desvendar  
suas raízes.

# *Conflitos no Campo*

## *Brasil*

### *95*



**COMISSÃO PASTORAL DA TERRA**